



Governo do Estado do Rio Grande do Sul
INSTITUTO GACCHO DE REFORMA AGRARIA
Diretoria de Terras e Colonização
Seção de Geografia

PASSO FUNDO

Estudo Geográfico do Município

MÁRIO CALVET FAGUNDES

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho que constitui uma separata do "Boletim Geográfico" do Rio Grande do Sul, ano VI, n.º 12, julho a dezembro de 1961, vem saldar um velho compromisso da Secção de Geografia para com o município de Passo Fundo, apresentando-lhe a prometida monografia.

Denota "Passo Fundo Estudo geográfico do município" um trabalho realizado em modernos moldes, no qual é ressaltada a vida integral do antigo e progressista município do planalto riograndense, salientando o valor da gente e da gleba continentina e a significação geográfica que lhe determinou a origem.

Seu autor, o Cel. Mário Calvet Fagundes, é uma cultura a serviço das letras pátrias, que conta em sua bagagem de escritor o livro intitulado "Souza Docca, vida e obra", recentemente publicado e em que relata a vida de um dos mais criteriosos historiadores do Brasil.

Entregando êste trabalho ao culto povo passofundense estamos rendendo homenagem ao grande município cuja sede é com justiça cognominada "Rainha do Planalto".

Pôrto Alegre, Outubro de 1962.

OSMAN VELASQUEZ FILHO
Chefe da Secção de Geografia do I.G.R.A.
Diretor do Bol. Geográfico

ESTUDOS REGIONAIS

PASSO FUNDO

ESTUDO GEOGRÁFICO DO MUNICÍPIO

Mário Calvet Fagundes

INTRODUÇÃO

Constitui ponto pacífico em qualquer estudo geodemográfico a análise das condições estabelecidas para a organização das células administrativas que conjugadas, pela coesão política, formam um todo sujeito à normas comuns.

O município é no conceito da administração pública, a base em que se assenta a organização do Estado, como a menor célula coletiva que congrega os indivíduos para dar-lhes as melhores condições de vida, no aproveitamento máximo do meio geográfico em que vivem.

Daí porque a moderna divisão territorial cuida particularmente na formação dessas unidades administrativas, de situar as linhas divisórias em função das condições naturais do território, não só para dar-lhes uma auto-suficiência, dentro das atividades que lhe são próprias, mas visando a estabelecer, tanto quanto possível, um equilíbrio razoável entre os membros do todo estatal. «Por isto, é de especial importância o conhecimento tanto das condições ecológicas da célula administrativa, como dos fatores geográficos que determinam sua delimitação no espaço administrativo, uma vez que não se compreende administração científica que não tenha passado primeiro pelo estudo da geografia».

No Rio Grande do Sul, como de resto em todo o território nacional, acentua-se sobremodo, uma verdadeira cissiparidade das células geopolíticas que, em função do crescimento populacional como fator essencial de ocupação do território, vai estabelecendo condições à vida administrativa de novas células que se despreendem das originais criadas na necessária demarcação do todo político.

Já antes da ocupação efetiva do território rio-grandense, tal como ele se estabilizou, após as flutuações decorrentes da instabilidade política internacional que constituiu o cortejo da era

dos descobrimentos, a divisão política do Estado obedeceu essencialmente à geografia física, distribuindo, aos escassos centros demográficos, a totalidade do território provincial.

Os núcleos populacionais vinham de ser organizados como decorrência da infiltração para posse de fato, do que já o era de direito, e essa ocupação se efetiva, já pela circunstância maior dos escassos efetivos disponíveis e dispostos a sorte da aventura, naturalmente buscando os pontos mais acessíveis e promissores pela sua fisionomia geográfica. Daí porque a seleção espontânea dos caminhos de acesso naturais, sendo as vias fluviais as que atraíam por excelência, estabelece a ocupação da barra do Rio Grande e a penetração pela caudal da Lagoa dos Patos, que faz descortinar a enseada do Guaíba, onde vêm desaguar os grandes caminhos líquidos da hinterlândia rio-grandense.

A consequência é a condensação demográfica inicial nos pontos de Rio Grande, Porto Alegre, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha, como primeira divisão administrativa da Província.

É dentro desta primeira divisão quartenária do território que começa a infiltração efetiva e intermitente do solo rio-grandense, com o característico nítido, por algum tempo, de exploração das riquezas virgens que são arrancadas ao natural sob as mais adversas condições do meio e sem nenhum objetivo de expansão demográfica.

Esta se processa normalmente e, engrossada pelas correntes imigratórias dos povos europeus, orientadas, em início, pelo Governo Central, permite o estabelecimento gradativo de novos núcleos que vão demarcando o interior da Província, e consequentemente impondo as subdivisões territoriais, com a criação, cada vez mais desdobrada, de municípios que congregam os maiores centros demográficos.



Área do município original, contendo a área do atual município de Passo Fundo.

Como tudo se processa numa fase experimental dos conhecimentos humanos, quando ainda não se cogitara da sistematização da geografia, como ciência ampla do binômio homem-terra, as divisões territoriais obedecem, tão somente, ao imperativo palpitante e concreto dos caminhos, quer naturais, quer traçados pelo uso na penetração do território, o que dá origem ao desequilíbrio das comunas entre si, criando verdadeiras aberrações na organização administrativa, pela existência de núcleos distritais, que passam a viver ligados ao seu organismo, tão somente pela execução das leis tributárias, de frente, nos demais aspectos da coletividade, para municípios vizinhos que lhe são mais próximos e mais atuantes.

O conceito primário da geografia, responsável pela experimentação prática dos atos que constituem a evolução do homem sobre a terra, fez, durante longo período, surgirem as necessidades de ser corrigido, a cada passo, aquilo que fora ditado, na oportunidade, como a melhor solução.

Da observação dos resultados obtidos na vivência prática, e conjugando os variados estudos que foram aparecendo nos inúmeros e amplos setores que evidenciavam a constância dos princípios estabelecidos nas relações da vida humana, face ao meio ambiente, é que surgiu o moderno conceito da geografia, não mais como um simples registro da topografia e de tudo o que fosse surgindo pela mão do homem sobre a terra, mas como uma verdadeira cúpula das ciências, por isso que é em função do meio, com todas as características próprias, que se aplica com exata propriedade, a qualquer conhecimento humano.

O estudo da vida humana, encarando o homem como ser formado dos mesmos elementos químicos de que se constitui a natureza, ou examinando a coletividade social, surgida do instinto gregário de todos os seres vivos, conduz ao reconhecimento da ciência geográfica como liame para a interpretação final e ampla de qualquer ramo de atividade do homem.

A amplitude de qualquer estudo, não pode prescindir dos fatores intrínsecos ao meio em que vive o homem, não só para conhecer das causas e efeitos positivos da evolução, como para anular-lhes os negativos que a entravam.

«Muito mais grave do que a erosão da riqueza do solo, que se processa em câmara lenta, é a violenta erosão da riqueza humana, é a inferiorização do homem provocada pela fome e pela subnutrição», o que já afirma, em última análise, um conceito amplo e geral da geografia, para confirmar a existência da correlação íntima desta, com tudo o mais que diga respeito à vida no universo em que se situa a terra que habitamos.

I — Sítio e Posição

O território rio-grandense, abrangendo uma área de 282.480 Km², distribuída em quatro imensos municípios, foi gradativamente sendo pontilhado de núcleos populacionais, que a exploração das vastas regiões fazia surgir, ao depauperarem-se condições propícias à tendência gregária dos pioneiros.

O único sentido geográfico que presidia a demarcação das novas divisas municipais, foi durante longo tempo, a atração espontânea que os núcleos de melhores condições fisiodemográficas exerciam sobre os que, por deficiências ecológicas, procuravam supri-las naqueles que lhe possibilitavam ligações mais facilitadas e mais curtas.

Dos 157.000 Km² que constituíam o município de Rio Pardo abrangendo uma vastíssima região territorial do Estado, mais de cinquenta por

cento, conseqüentemente heterogênea em todos os aspectos geográficos, é que se formam os municípios de S. Borja e Cachoeira, e deste, Caçapava e Cruz Alta, para do último surgir o município de Passo Fundo, abrangendo a área de 24.802 Km².

Este município, seccionado por quatro vezes em sua extensão original e reduzido à área atual de 3.237 Km², compreende pouco mais de dez por cento do denominado Planalto médio rio-grandense, de 31.252 Km², constitutivo das onze zonas em que o moderno estudo da geografia física, dividiu o território do Estado do Rio Grande do Sul.

O Planalto médio estabelece o agrupamento da zona geográfica de características comuns no seu aspecto geológico, de relevo, clima e vegetação, para possibilitar uma orientação direcional do Estado, cientificamente dosada em planejamento político, consoante as necessidades e possibilidades intrínsecas do meio físico em que se situam os núcleos populacionais, isto é, estabelecer a harmonia da geografia humana com a geografia física, cuidando assim da ecologia, como síntese dos estudos geográficos.

O traçado das alturas da Serra Geral constitui, no Planalto rio-grandense, a região trapeciana da orografia sulina, abrangendo uma área de sentido maior leste-oeste, na extensão aproximada de 153.000 Km².

Perdendo as maiores altitudes, situadas na região nordeste do Rio Grande do Sul, cria a Serra Geral as zonas de lento desequilíbrio altimétrico, dos Campos de Cima da Serra, Missões, Alto Uruguai e Planalto Médio, sendo este a parte central do «plateau» rio-grandense, onde a elevação do solo cria um divisor de águas que sob o efeito do declive acentuado para o sul, e moderado para oeste, estabelece o ciclo de erosão, para as bacias do Atlântico e do Uruguai, das rochas efusivas que o recobrem.

A estrutura da Serra Geral tem como de resto a quase totalidade do território rio-grandense, um fundamento de arenito, recoberto pelas efusivas em sucessões de camadas melafíricas, que estabelecem os degraus, em maior número no leste, onde se situam as maiores altitudes, e em decréscimo para oeste, em função da lenta declividade.

A distribuição, mais ou menos uniforme, das camadas do meláfiro é responsável, no planalto médio, pelo aspecto físico, onde inexistem os grandes desníveis orográficos, criando, em vezes, apenas chapadas, taboleiros e cabeços isolados de pequeno valor altimétrico.

Como consequência o Planalto médio tem na sua parte central uma linha de divisão de

águas, que orienta o sistema hidrográfico da região em dois sentidos: o da bacia do Uruguai e o do estuário do Guaíba.

A estrutura jovem da zona, sob a condição de um clima úmido, apresenta um sistema hidrográfico em formação que procede ao lento trabalho erosivo das camadas efusivas, num crescimento gradativo das correntes fluviais, sob as condições de instabilidade próprias, isto é, margens escarpadas, aumento intensivo de profundidade pelo efeito do rolamento em declive, e escassa largura, apresentando em consequência os fenômenos periódicos das cheias inopinadas em função das precipitações pluviométricas.

Estas precipitações apresentam-se na região como das maiores do Estado, com uma variação que chega a atingir a diferença de 2100 mm para o normal de pouco mais de 1700mm.

Destas condições se infere que os cursos lágua da região ainda apresentam escasso valor ecológico, salvo pelo aproveitamento, sob a forma de retenções para transformação em energia hidroelétrica.

A escassez dos grandes cursos d'água e o pequeno valor das massas líquidas existentes, estabelece, logicamente, uma condição própria à vegetação da região que é destituída de grandes paisagens florísticas, aparecendo estas esporadicamente e fazendo predominar o campo sobre a mata virgem. O pinheiro é a vegetação predominante e exclusiva do planalto rio-grandense, surgindo na região do Planalto Médio, como um prolongamento da mata de araucárias do nordeste do Estado, em mistura com a mata virgem do Alto Uruguai. Assim constitui a araucária núcleos de vegetação alta no curso superior das correntes fluviais, cedendo lugar à fisionomia geral das porções de campo sujo com árvores espaçadas de tronco curto e reforçado, e em vezes a formação silvática dos Capões, como manchas de mato a alçar o relevo do manto relevado do campo.

Esta fisionomia geográfica se expande na zona central do Planalto Médio, situado entre as linhas de latitude Sul 27°5 e 28°5 a uma altitude que corresponde ao desnível variável de 1.080 metros sob o decréscimo menor de 1 por 1.000 no sentido leste-oeste, e menos de 0,5 por 1.000 no sentido norte-sul.

A região central do Planalto Médio, onde se situa o município de Passo Fundo, pela própria condição altimétrica de divisora de águas, não pode contar com grandes massas líquidas, capazes de possibilitar um amplo rendimento, pois que só possui as nascentes de cursos de valor e os afluentes, em grande número, mas reduzido volume de água, o que forma um crivo de arroios

que se interligam para as duas grandes bacias da região.

Entretanto a distribuição das correntes fluviiais é de maneira altamente favorável à região que se vê cortada em toda a sua extensão por um número considerável de arroios que permitem condições ideais à vida humana, através do incentivo da produção nos reinos animal e vegetal.

A inexistência de obstáculos naturais de maior valor, propicia a facilidade de penetração humana através dos caminhos que se lançam por entre os divisores dos inumeráveis arroios que afluem para os leitos dos maiores cursos d'água da região, e que são: o Rio Apuaê (ex-Ligeiro), o Rio Pirassucê (ex-Peixe), o Rio Passo Fundo o Rio da Várzea, o Rio Jacuí, o Rio Capigui e o Rio Carreiro, dos quais o único que vem do centro do município de Passo Fundo é o que tem este nome, sendo os demais quase totalmente divisores municipais.

Por isso mesmo é o município de Passo Fundo um centro geográfico de vasta região do Planalto Médio, divisora d'águas das bacias do Rio Uruguai e do Jacuí-Taquari, confluente do estuário do Guaíba.

O imperativo geográfico que impulsionou o traçado inicial das ligações do sul do Estado com o norte do país e vice-versa fez da região do Planalto Médio, um lugar comum da expansão humana, dando nascimento a um crivo de caminhos que consolidavam o intercâmbio dos núcleos populacionais estabelecidos em todas as direções da região.

Sendo Passo Fundo o centro de Planalto Médio, tornou-se o município cortado pelos troncos de comunicações dos quais se derivaram as secundárias de ligações laterais, como consequência do crescimento populacional irradiante do núcleo inicial.

A topografia da região era a aleita nas condições incipientes da técnica construtiva viária, que se lançava no serpenteio das curvas de níveis, como o caminho indicado por menos oneroso e mais facilitado na fuga dos grandes obstáculos, para permitir a passagem dos grandes caminhos.

Assim é que surge o grande tronco ferroviário cavalcando os divisores da região do Planalto Médio e cortando com uma diagonal, o maior quadrilátero territorial de Passo Fundo, amarrando definitivamente o município ao ritmo do progresso do sul do País, por uma coluna vertebral de ferro, que soberana, estabelecia um fluxo contínuo nos cenários inóspitos e agressivos a que ficavam sujeitas as outras formas de comunicação, onde imperava, de início, a tração animal pelos caminhos ainda mal pesa-

dos, e mesmo após o motor, quando as estradas eram uma função das condições climáticas.

As estradas podem ser classificadas como decorrência das duas forças clássicas da gravitação, aplicadas, num sentido figurado, ao desenvolvimento dos núcleos demográficos, como de origem centrípeta ou centrífuga, segundo elas se originem da necessidade primária de ligação para o núcleo que surge, ou dêste, para ampliar o setor de sua atividade.

A centrípeta traz as ligações do centro inicial do Estado que é a região dos consolidadores da unidade nacional Brasileira na barra do Rio Grande, até o centro do Planalto Médio, zona de Passo Fundo e dêste, a centrífuga estabelece a expansão em todo o Planalto Médio.

As condições geográficas de cada palmo de território, vão impondo, no aproveitamento do que é fundamental à vida humana, uma seleção no estabelecimento dos núcleos populacionais que, rasgando caminhos, buscam os sítios onde existam melhores qualidades fisiodemográficas.

A condensação de inumeráveis cursos d'água dirigindo-se em todos os quadrantes, as barreiras naturais de regulares extensões, facilmente aproveitáveis para todos os fins, estabelecem a interrelação geográfica e econômica que gera a unidade de interesses da região, responsável pelo desenvolvimento das condições humanas.

Do conjugado rios-estradas é que surgem as condensações demográficas cuja vitalidade se expressa no aproveitamento dos caracteres físicos da região selecionada pelo núcleo e crescendo em importância gradativa pelas ligações necessárias ao intercâmbio humano.

Dentre as causas de fixação humana, situa-se a hidrografia com papel preponderante, condensado os núcleos populacionais no domínio dos cursos de maior expressão, daí decorrendo uma rarefação humana fora deles.

A área municipal de Passo Fundo, vista como uma paisagem geográfica, tanto quanto aproximada das condições ideais de inter-relação física e humana, apresenta-se razoavelmente aproveitada pelos núcleos populacionais que a ocupam integralmente, tirando das circunstâncias físicas locais, o necessário à subsistência do todo como célula municipal.

A estrada de ferro, cortando ao centro o distrito sede municipal e os distritos ao norte do município, a estrada de rodagem federal ligando o município de leste a oeste, os maiores volumes hidrográficos do leste, do centro e do sul, estabelecem um liame de compensações necessárias ao conjunto do município, para a sua vida de comuna auto-suficiente dentro das condições da paisagem geográfica.

II — O Crescimento Municipal

A região do município de Passo Fundo era habitada pelos selvícolas Guaianás, do grupo Tupi-Guarani, fazendo parte da redução missioneira de Visitação desde 1.634, após longo período de lutas vitoriosas contra os espanhóis, até 1.637, quando os padres jesuitas, a braços com as incursões dos bandeirantes, de Antônio Raposo Tavares (1.636) e Francisco Bueno (1.637) e, mais, pelas insurreições dos próprios índios, insuflados por elementos invasores, retiraram-se para o território da mesopotâmia argentina, sem lograrem o exódo do índio que permanece fiel à terra.

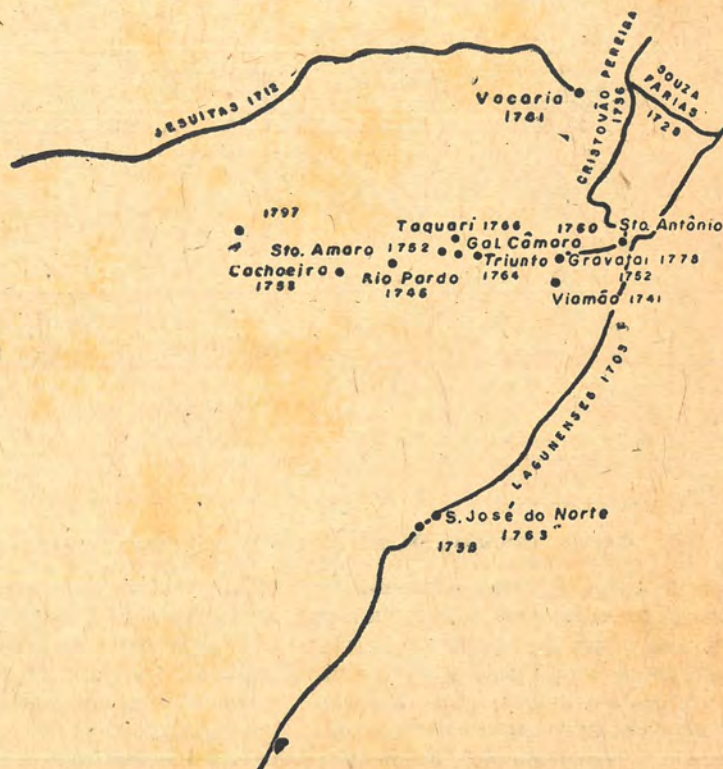
Entregues a si mesmos os Guaianás cedem o território ante a invasão dos Caingangs ou Coroados e Bugres, do grupo dos Gês, índios bravios e agressivos, oriundos dos sertões para-anaenses, com os quais, de retôrno, os jesuítas dão início aos 7 Povos das Missões, em 1687.

Da redução de S. João Batista, fundada em 1.698, ficou o território de Passo Fundo fazendo parte como a região mais oriental das Missões Jesuíticas do domínio espanhol.

Nesta condição o território resistiu através dos tempos as incursões dos bandeirantes, ávidos de riquezas minerais, de gado e escravos, que mais recrudescem após o tratado de 1.750 (Tratado de Madrid), inoperante em sua resolução, pela reação organizada das reduções sob a chefia dos padres jesuitas e improficuo ante o apêgo do selvagem à sua terra.

Os Coroados, apesar de índios ferozes e intratáveis, sujeitam-se à catequese e aldeamento, organizado pelos jesuitas, que estabelecem os toldos da região oriental das Missões, entre outros, os que mais reagiram ao tempo, Nonoai, Guarita e Inhaçorá.

Foi o território de Passo Fundo guarda avançada na resistência à invasão dos portugue-



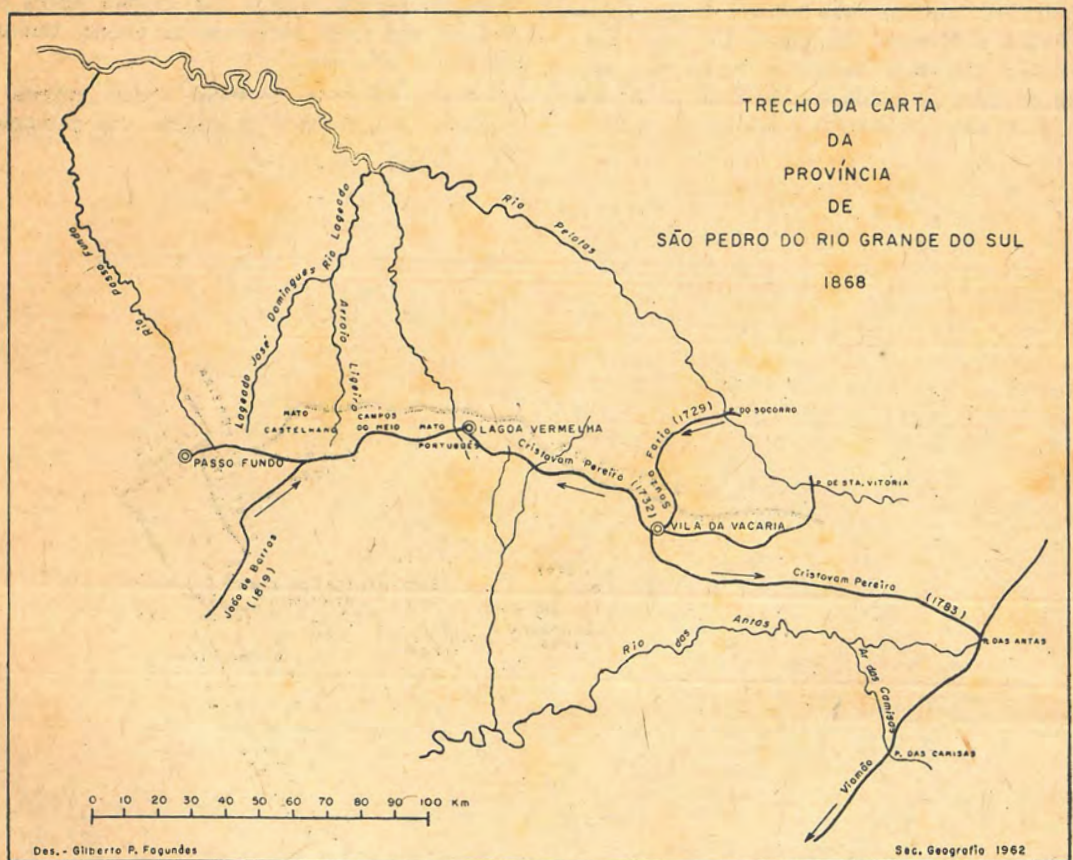
Os velhos caminhos de penetração no Rio Grande do Sul

ses e espanhóis, com o estabelecimento de uma Força permanente nas orlas do Mato Castelhanho, localizado ao ocidente do Mato Português, dos campos de Vacaria e impondo, em 1761, fosse anulado o tratado de 1750, para continuarem as Missões pertencendo à Espanha.

Nesta fase, desenvolve-se sob a orientação dos jesuítas a exploração da agricultura nativa dos ervais e da pecuária, representada por considerável criação de muales e gado vacum e que constituíam um dos principais motivos de cobiça do elemento colonizador já radicado nas terras do Paraná e no extremo sul da terra brasileira.

O território de Passo Fundo constituiu o ponto convergente das colunas desbravadoras dos bandeirantes em início, contra os padres missionários sob a bandeira da Espanha, dos portugueses e espanhóis unidos para sufocarem a desobediência jesuítica, e dos portugueses isolados contra os dominadores do território das reduções espanholas, para encorporá-lo definitivamente ao território brasileiro.

A eleição dos caminhos de penetração do território, já estava, pela própria fisiografia natural, imposta nas andanças do índio primitivo e histórico da região, e se consolida pelos invasores quando são conduzidos pelas linhas dos



Antigos caminhos de penetração no território rio-grandense

O espírito de apêgo à terra, existente no índio da região missioneira, mais se reforça com a organização coletiva que lhe imprime o jesuíta, ao ponto de colaborar com o português, quando este, em virtude das hostilidades entre Espanha e Portugal, decorrentes do manifesto espanhol de 1.801, lança-se à conquista dos Povos Missionários que passam a integrar o território rio-grandense.

tributários do rio Uruguai, que lhes descortina as facilidades do terreno do Planalto.

Como decorrência antropogeográfica, as 3 correntes humanas de penetração do território, e constituídas dos **bandeirantes**, dos **fazendeiros** do planalto catarinense e dos **imigrantes**, demarcam em definitivo o traçado das rodovias mestras que vão permitir o assentimento da região e instalação de núcleos populacionais que

aos poucos desbravam a terra traçando caminhos de interligação e de simples penetração.

A terceira corrente de penetração, constituída de imigrantes organizados, no objetivo de ocupação efetiva das terras rio-grandenses, também atinge somente os campos de Vacaria, não se atrevendo a romper a resistência dos povoadores selvícolas da região oeste cujo limite é o território de Passo Fundo. É o que se passa, em 1.728, com a coluna do Sargento-mór Francisco de Souza Faria que rumo em definitivo, partindo do sul rio-grandense, para os Campos Gerais de Curitiba.

Os bandeirantes, de escasso êxito em seus objetivos de apressamento de riquezas, indiretamente cooperam pela resistência que lhes antepõem os povos das reduções, para o revigoramento das organizações jesuíticas do território passo-fundense, vigilantes como extremos orientais, às invasões possíveis, oriundas dos caminhos já abertos nas passagens do rio Pelotas e canalizadores naturais de qualquer penetração, pondo em perigo o sossêgo da vida missioneira.

Os fazendeiros do planalto catarinense atraídos pelas mesmas facilidades que as passagens do Pelotas ofereciam, repisam os caminhos já abertos no território rio-grandense, e se estabelecem ao nordeste do Estado, ante a resistência tenaz do ocupante da região de Passo Fundo, que os fazem estacar na zona fronteira dos campos da vacaria.

Após Francisco de Souza Faria, em 1.732, Cristovam Pereira, ao atingir, pelo tronco já estabelecido, o planalto rio-grandense, lança-se, por este, numa inflexão para oeste, marcando nova estrada de penetração, com mais de 300 pontes, sem contudo estabelecer núcleos de fixação.

A ligação do sul rio-grandense continuou a ser feita de Viamão, passando por S. Antônio e atravessando os campos da Vacaria, penetrando pelo passo de S. Vitória no rio Pelotas, até

lhessem para pouso, o lugar denominado «Passo Fundo», coxilha que dominava a região do perigoso matagal, e lhes proporcionava, além da segurança, boas condições de aguada para a tropa.

Em 1.827, o alferes Rodrigo Felix Martins é o primeiro colonizador que se lança da coxilha de Passo Fundo para oeste, numa penetração de cerca de 40 Km, para se radicar nas nascentes do rio Jaculzinho, na região do atual Pinheiro Marcado. Outros foram chegando após, como Alexandre da Motta, que ocupou a região da Estância Nova, conduzido pelo divisor entre as nascentes do arroio Pulador e rio da Várzea, e Bernardo Paz que se estabeleceu no Rincão do Pessegueiro, na região onde existe hoje o núcleo colonial Pessegueiro. Com estes chega à coxilha de Passo Fundo, Manoel José das Neves, ocupante inicial do núcleo, que forma a cidade de Passo Fundo, e primeiro proprietário legal de toda a região da atual cidade, por carta de 1.831 passada pelo Comando Militar de S. Borja.

A expansão do território deve-se em parte a Bernardo Castanho da Rocha, que com outros companheiros, chegam até às terras do cacique Nonoai e à ação coletivista de Joaquim Fagundes dos Reis. Com a criação do município de Cruz Alta, em 23 de maio de 1.834, o território passo-fundense ficou dentro das divisas do novo município.

O decênio revolucionário no Estado, de 1.835-45, torna a região de Passo Fundo, pelos imperativos geográficos, um teatro de atividades beligerantes, como passagem eleita das forças militares, entre as Missões e Vacaria, trazendo como consequência, a par da evidência do território, de alto índice ecológico, a devastação dos rebanhos e da população humana válida para a guerra.

Reduzida a população pela contingência da

ERRATA

Na página 9, linha 44, onde se lê: 1809. Leia-se: 1807.

colonizador.

Em 1.857, por ato n. 340 de 28 de janeiro, é promulgada pelo presidente da Província, a re-

A hostilidade sempre presente dos ferozes Coroados da região que se emboscavam no Mato Caastelhano, fez com que os tropeiros esco-

aos poucos desbravam a terra traçando caminhos de interligação e de simples penetração.

A terceira corrente de penetração, constituída de imigrantes organizados, no objetivo de ocupação efetiva das terras rio-grandenses, também atinge somente os campos de Vacaria, não se atrevendo a romper a resistência dos povoadores selvícolas da região oeste cujo limite é o território de Passo Fundo. É o que se passa, em 1728, com a coluna do Sargento-mór Francisco de Souza Faria que ruma em definitivo, partindo do sul rio-grandense, para os Campos Gerais de Curitiba.

Os bandeirantes, de escasso êxito em seus objetivos de apressamento de riquezas, indiretamente cooperam pela resistência que lhes antepõem os povos das reduções, para o revigoramento das organizações jesuíticas do território passo-fundense, vigilantes como extremos orientais, às invasões possíveis, oriundas dos caminhos já abertos nas passagens do rio Pelotas e canalizadores naturais de qualquer penetração, pondo em perigo o sossêgo da vida missioneira.

Os fazendeiros do planalto catarinense atraídos pelas mesmas facilidades que as passagens do Pelotas ofereciam, repisam os caminhos já abertos no território rio-grandense, e se estabelecem ao nordeste do Estado, ante a resistência tenaz do ocupante da região de Passo Fundo, que os fazem estacar na zona fronteira dos campos da vacaria.

Após Francisco de Souza Faria, em 1732, Cristovam Pereira, ao atingir, pelo tronco já estabelecido, o planalto rio-grandense, lança-se, por este, numa inflexão para oeste, marcando nova estrada de penetração, com mais de 300 pontes, sem contudo estabelecer núcleos de fixação.

A ligação do sul rio-grandense continuou a ser feita de Viamão, passando por S. Antônio e atravessando os campos da Vacaria, penetrando pelo passo de S. Vitória no rio Pelotas, até que, em 1819 o paulista João de Barros, partindo do sul da Capitania de S. Pedro, criada em 19 de setembro de 1809, abriu novo caminho para o norte, através do território das Missões, e pelo interior do Mato Castelhana, saiu no Campo do Meio, transpondo o Mato Português e retornando em Vacaria, a já conhecida trilha que vem de Viamão, marcando assim, uma nova estrada de ligação entre o extremo sul e o norte do Brasil, cortando inteiramente, pela primeira vez, o território de Passo Fundo. Por esta estrada começaram a passar as tropas de gado levadas do sul para a Província de São Paulo.

A hostilidade sempre presente dos ferozes Coroados da região que se emboscavam no Mato Caastelhano, fez com que os tropeiros esco-

lhessem para pouso, o lugar denominado «Passo Fundo», coxilha que dominava a região do perigoso matagal, e lhes proporcionava, além da segurança, boas condições de aguada para a tropa.

Em 1827, o alferes Rodrigo Felix Martins é o primeiro colonizador que se lança da coxilha de Passo Fundo para oeste, numa penetração de cerca de 40 Km, para se radicar nas nascentes do rio Jaculzinho, na região do atual Pinheiro Marcado. Outros foram chegando após, como Alexandre da Motta, que ocupou a região da Estância Nova, conduzido pelo divisor entre as nascentes do arroio Pulador e rio da Várzea, e Bernardo Paz que se estabeleceu no Rincão do Pessegueiro, na região onde existe hoje o núcleo colonial Pessegueiro. Com estes chega à coxilha de Passo Fundo, Manoel José das Neves, ocupante inicial do núcleo, que forma a cidade de Passo Fundo, e primeiro proprietário legal de toda a região da atual cidade, por carta de 1831 passada pelo Comando Militar de S. Borja.

A expansão do território deve-se em parte a Bernardo Castanho da Rocha, que com outros companheiros, chegam até às terras do cacique Nonoi e à ação coletivista de Joaquim Fagundes dos Reis. Com a criação do município de Cruz Alta, em 23 de maio de 1834, o território passo-fundense ficou dentro das divisas do novo município.

O decênio revolucionário no Estado, de 1835-45, torna a região de Passo Fundo, pelos imperativos geográficos, um teatro de atividades beligerantes, como passagem eleita das forças militares, entre as Missões e Vacaria, trazendo como consequência, a par da evidência do território, de alto índice ecológico, a devastação dos rebanhos e da população humana válida para a guerra.

Reduzida a população pela contingência da luta, desorganizada e enfraquecida de recursos, ainda enfrenta, nos últimos anos da guerra, ao tenaz e traiçoeiro assalto dos Coroados emboscados e protegidos no emaranhado inóspito do Mato Castelhana.

Finda a luta fraticida dos Farrapos, contava o distrito de Passo Fundo, em 1847, com uma população de 1.159 habitantes. Somente em 1856 era estirpada definitivamente a constante inquietação em que viviam as populações do Planalto Médio, com a destruição dos remanescentes Coroados do Mato Castelhana e aldeamento dos escassos índios submissos ao branco colonizador.

Em 1857, por ato n. 340 de 23 de janeiro, é promulgada pelo presidente da Província, a re-

solução da Assembléia Legislativa, que cria o município de Passo Fundo, com a área total de 24.802 Km², abrangendo os municípios de Passo Fundo, Getúlio Vargas, Sarandi, Marau, Tapejara, Soledade, Sobradinho, Espumoso, Erechim, Marcelino Ramos, Gaurama, Aratiba, Càrazinho, Não-Me-Toque e Tapera para logo após, em 1.858, ser dividido em 7 distritos: Passo Fundo, Campo do Meio, Nonoai, Jaculzinho, Restinga, Soledade e Lagoão, contando já com uma população de 8.208 habitantes dos quais, 1.692 são escravos.

A criação em 1.875 do município de Soledade, inicia o desmembramento progressivo a que fica sujeito Passo Fundo, em função das necessidades administrativas e da evolução política do Rio Grande.

Em 1.918 é desmembrado Erechim, para em 1.931 Càrazinho ser emancipado. O município de Getúlio Vargas, instituído em 1934, leva parte do território passo-fundense, que já em 1.939 perde Sarandi, em 1.954 Marau e Tapejara em 1.955, perfazendo, neste total desmembramento, um corte territorial de 21.565 Km² equivalente a uma redução de 86,9% da extensão inicial do município.

No curso destas mutações territoriais o município de Passo Fundo consolida a existência evolutiva da gleba populacional, através da vivência de todos os acontecimentos que eclodem na comunidade rio-grandense.

Como parte integrante da Província meridional do Brasil, onde se ferem todos os conflitos conseqüentes à estabilização da Pátria Brasileira, no choque das conveniências entre as nacionalidades interessadas na terra americana, Passo Fundo se envolve nas lutas dos Estados Platinos, que precederam à consolidação da República Oriental do Uruguai, com efetiva cooperação de forças armadas e também na guerra que sustenta o Brasil contra o governo despótico do Paraguai, quando efetivos maiores de 2.000 homens abandonam as atividades pacíficas do município, para derramarem o sangue nos campos de batalha internacional.

Esta fase da vida municipal se constitui de lógico, num descenso de atividades que se refletem na paralisação do progresso de sua indústria e de seu comércio.

O município que tivera sua primeira Câmara Municipal composta dos vereadores Manoel José de Araujo, Joaquim Fagundes dos Reis, Antônio de Mascarenhas Camello Junior, Manoel da Cruz Xavier, José Joaquim de Oliveira, Antônio Ferreira de Mello Pinheiro e José Ignácio do Canto Landin, empossada em 7 de agosto de 1857, expressando os sentimentos da população

passo-fundense, já integrada na comunidade brasileira, tem a oportunidade de, em 18 de outubro de 1866, salientar a cooperação efetiva e integral do município, à causa que defende o Brasil na luta contra o ditador Solano Lopes, do Paraguai, afirmando que «para a guerra atual tem sido quase geral o concurso dos habitantes, sem distinção de ricos ou pobres, moços ou velhos, pois todos mais ou menos prestaram ou prestam ainda, senão donativos, ao menos seus serviços pessoais, êsses serviços não podem ser somente aqueles que se prestam na campanha, com as armas nas mãos; muitos dos que não foram expôr seus peitos às balas e suas vidas pela Pátria, também os prestam, embora não sejam tão salientes e nem perigosos».

As idéias que a evolução do povo brasileiro fazia eclodir nos centros mais progressistas e mais em contato com a civilização humana, não encontravam barreiras na distância e no isolamento que as deficiências de comunicação impunham ao município.

A abolição da escravatura empolga os dirigentes municipais ao ponto de se colocarem na vanguarda do movimento nacional, criando, com o ardor e a efetividade das causas conscientes, a Sociedade Emancipadora Passo-Fundense em 13 de agosto de 1.871, que de imediato se lançou ao campo das realizações efetivas, propagando a idéia e coletando recursos que possibilitam a execução de um plano de libertação progressiva de crianças e adultos escravos, cuja emancipação total estava conseguida em dezembro de 1.884.

O ano de 1.873 já acusa uma população difundida pelos 7 distritos municipais, de 17.545 habitantes, cuja atividade se distribui, em especial, na indústria e no comércio de erva-mate, pedras, madeiras, aguardente, açúcar, farinha, fumo, grãos e especialmente também, no comércio de mulas.

O ensino oficial que em 1.859 contava com apenas 1 escola pública sediada na vila de Passo Fundo e contando com uma matrícula de 22 alunos, em 1.879 dispunha de 5 aulas públicas, 2 na vila uma na Entrada, uma no Campo do Meio e uma em Càrazinho, com uma frequência total de 212 alunos, para em 1.889 contar o município com 5 aulas públicas e 1 particular com a matrícula total de 282 alunos.

A vasta extensão do território municipal dificultava o aproveitamento das condições magníficas de fertilidade da terra e exploração maior das riquezas naturais que ficavam relegadas ao nativismo, pela escassa densidade demográfica de aproximadamente 0,7 por Km².

A campanha republicana que, vitoriosa, implanta em 1.889, a República Brasileira, teve em Passo Fundo toda a ressonância que expandiu no território nacional, a luta partidária, travada entre as diferentes agremiações políticas, cuja consequência foi o enfraquecimento gradativo da corrente monárquica, e fortalecimento da idéia republicana, através das defecções das forças partidárias do Trono. Ativo integrante dos choques partidários, Passo Fundo político, viveu todos os instantes da evolução que consagra um novo regime, pela queda da monarquia brasileira, ferida de morte lenta, no Rio Grande do Sul, em 1.835.

A população passo-fundense, congregada pelo espírito social que predominou em todas as células demográficas rio-grandenses, como resultante da coesão imposta pelo meio ambiente originário e hostil, e dos laços técnicos que imperou nos primeiros povoadores, sentiu-se sempre voltada para a vida nacional brasileira com consciência dos problemas políticos da nacionalidade e da necessária unificação pela posse do vasto território, o que sempre foi a idéia dominante do português descobridor.

A rarefação demográfica foi um estímulo para o desvendamento do vasto interior selvagem que com sacrifícios e lutas, foi aos poucos, sendo conhecido, através da exploração organizada com os objetivos de definir o território, cujas divisas imprecisas, mal se podiam situar nas cartas topográficas de então.

São os próprios elementos de Passo Fundo que se lançam ao desbravamento, como a expedição de Augusto Cesar, juntamente com João Placido Machado e Antonio Ferreira de Albuquerque, que nos primeiros dias de 1.888, percorre o Rio do Peixe, (Lajeado José Domingues), e Rio Ligeiro, do qual passa ao Rio Uruguai, sujeita aos mais duros imprevistos do grande Rio, com suas traiçoeiras corredeiras, mas desvendando-o até além da embocadura do Rio Passo Fundo.

São portanto os próprios habitantes do município que vão dando expansão ao povoamento do seu território, praticamente isolado pelas deficiências de comunicações com o restante da Província, que em contraposição ganha contingentes imigratórios de origem européia, nos portos de acesso já consolidados.

A colonização das vastas extensões do Estado do Rio Grande do Sul, foi consequente a um plano federal de povoamento das províncias sulinas para encorporá-las efetivamente ao território nacional, livrando, em especial, o Rio Grande das incursões dos espanhóis do Prata e do domínio nativo do índio.

Tal plano tem aplicação pelo Governo Brasileiro, após a independência de 1.822, quando ante a ineficácia do luso-brasileiro para o «ha-

bitat» das selvas montanhosas, sem condições peculiares ao campo aberto que mais o atraía. É selecionado o colono alemão para o estabelecimento das primeiras colônias européias, que se estabelecem no começo dos degraus do planalto rio-grandense, até 1.830, quando a contenção de despesas públicas retira o apoio federal à colonização retomada em 1.834 pelos governos estaduais, que no Rio Grande, escassa efetividade conseguiu, em face das lutas desenroladas em seu território, até 1.870, que marca o início da colonização italiana, incentivada por dificuldades de restrições impostas pelos governos alemães à emigração dos germânicos.

Afrontando as incipientes vias de acesso, são os italianos os primeiros colonos a penetrarem o território do município de Passo Fundo, para criarem, em 1.889, a colônia S. Miguel e na mesma ocasião, juntamente com elementos alemães, fundarem a colônia Saldanha Marinho, ambas a oeste da Coxilha Grande, nas nascentes dos arroios Grande e Pinheirinho.

O incremento da colonização sistematizada só vem a surgir após a construção da Estrada de Ferro que deriva da cidade de Santa Maria, e completando gradativamente a ligação de Porto Alegre ao norte do Estado, atinge a cidade de Cruz Alta em 1.894, Pinheiro Marcado e Càrazinho em 1.897, e a cidade de Passo Fundo em 8 de fevereiro de 1.898, para somente em 1.910 chegarem os trilhos à Marcelino Ramos, no Rio Uruguai.

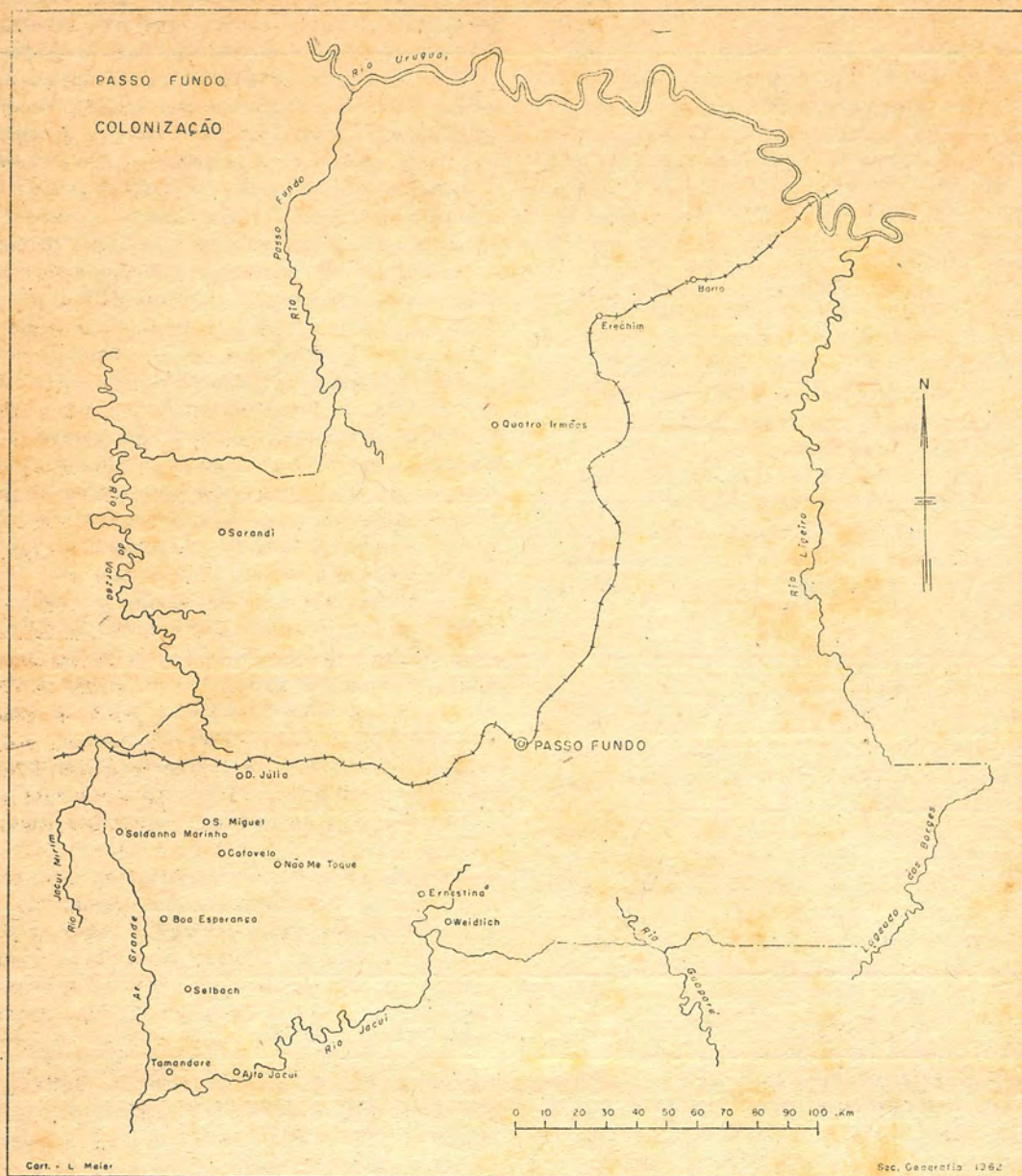
Já em 1.897, italianos e alemães, como consequência de uma organização colonialista, se estabelecem em vasta extensão, entre o Rio Colorado e Rio da Glória, fundando a grande Colônia do Alto Jacuí e de Não-Me-Toque pelos alemães. Na região ainda da Coxilha Grande estabelecem os alemães a colônia Gerisa em 1904.

Sob a orientação do Estado em 1.908, com elementos descendentes de alemães, italianos e poloneses, cria-se a colônia Erechim nas nascentes do rio dos Índios, tributário do Rio Ligeiro.

Nas proximidades do Alto Jacuí e à margem direita do rio Colorado, surgem, em 1.909, as colônias alemães Selbach e Boa Esperança, para em 1.910, com colonizadores da mesma origem, estabelecer-se na confluência do rio Colorado, a colônia Barra Colorada e no mesmo ano, à margem direita do rio Jacuizinho, a colônia Ernestina.

Nas terras confinadas pelos rios Erechim e Passo Fundo se estabelece em 1.911 a grande colônia Quatro Irmãos.

Com elementos italianos em 1.912 são constituídas as colônias D. Júlia ao norte de Càrazinho e Marau nas nascentes do arroio do mesmo nome, esta por iniciativa do Estado.



Núcleos originários da colonização no município de Passo Fundo

À margem esquerda do rio Jacuizinho e proximidades da confluência com o arroio Três Passos, em 1.913, por iniciativa particular os colonos alemães fundam a colônia Weidlich.

Nas nascentes do arroio CotoVELO, afluente do rio Colorado, em 1914, com elementos brasileiros e alemães, surge a colônia Arroio do CotoVELO.

Colonos alemães e italianos estabelecem, em

1.915, à NE da colônia Erechim, a colônia Barro, cuja denominação posterior é Gaurama. Neste mesmo ano os italianos se estabelecem nas terras situadas entre o rio Jacuizinho e arroio Grande, com a colônia Tamandaré.

Em 1.918, constituída de colonos alemães e italianos, nas alturas divisoras de águas dos rios Passo Fundo e Várzea, é constituída a extensa colônia Sarandi.

O crescimento populacional do território de

Passo Fundo como se constata, após os núcleos iniciais dos luso-brasileiros oriundos das Províncias ao norte do rio Uruguai, tem pequeno ritmo, que afóra o contingente estrangeiro, reduzido aos casais alemães Adão Schell — Ana Chistina Hein, em 1.834 e João Neckel — Ana Bárbara Neckel em 1.840, posteriormente acrescidos de Mathias Tein, Pedro Müller e Antônio Neckel, só vem a receber a partir de 1.895, influxo maior em número de colonos organizados e dispostos nas zonas de melhores possibilidades naturais, quando atinge a divisa municipal, a linha férrea, vinda de Santa Maria, em construção para ligar o Rio Grande ao norte do país, o que permite um total aproveitamento colonizador da maior parte do município, na disseminação das colônias européias.

As vias de acesso, para a chegada ao território do elemento colonizador estrangeiro, continuaram sendo, em especial, os caminhos líquidos, como demonstram a localização das mais antigas colônias, servidas pela via natural do Rio Jacuí e seu afluente principal nas cabeceiras, o Rio Jacuizinho.

As vias fluviais de S do território pouco contribuem como caminhos de penetração para o interior do município, de vez que tão somente os formadores do Rio Jacuí, ofereceram caminhos de acesso aos colonizadores chegados ao porto da cidade de Porto Alegre, orientados assim, para SW do território de Passo Fundo, onde se concentram as correntes líquidas de todo o S do município, como formadores do Rio Jacuí e de escasso valor viário.

Já ao N. da Coxilha Grande, divisor de águas entre N e S, as correntes fluviais, pertencentes à bacia do Rio Uruguai, têm melhores características de caminhos de penetração aos elementos que hajam atingindo a linha de alturas da cidade de Passo Fundo.

Dessa linha partem, sensivelmente paralelas, na direção N as três maiores vias líquidas do território que são, o Rio da Várzea, antigo Uruguai — Puitan, o Rio Passo Fundo, ex Uruguai Mirim e o Rio Ligeiro, todos entretanto de características rudimentares para a navegação, pelas condições inerentes aos rios jovens de altas barrancas, grande velocidade e existência de inumeráveis corredeiras.

Como vias de comunicação, embora de extensões maiores, os rios do N do território municipal, também não constituíram elementos positivos para a colonização da área maior ao N da Coxilha Grande e abandonada por muito tempo ao primitivismo de suas grandes matas.

As condições hidrográficas do território não facilitaram pois o fluxo maior de contingentes

colonizadores, que apesar dos demais fatores que os entravaram, e de ordem política, como já vimos chegaram ao município, em maior escala, pela atração da via fluvial do Jacuí, estabelecendo as mais antigas colônias no SW territorial.

A difusão colonialista em nenhum instante foi consequência dos caminhos líquidos, mas sim, das linhas de divisores das águas, das quais, a principal foi a Coxilha Grande, conduzindo para W, e desta, as linhas de alturas para o S entre os formadores do Rio Jacuí, e para o N, os divisores das águas dos Rio da Várzea e Passo Fundo, buscando condições de melhores aguadas.

São entretanto os trilhos da Estrada de Ferro que vão permitir a chegada de maiores levas colonizadoras estrangeiras, ao atingirem, vindos de Santa Maria, as divisas municipais, em 1.895, a partir de quando há um incremento nuclear de colonização do alto Jacuí, e à proporção que demandam às margens do Rio Uruguai, possibilitam o estacionamento, ao longo de seu leito, de novas colônias humanas.

O território conquistado assim aos poucos de sua própria condição nativa e selvagem, pela infiltração desbravadora e colonizadora, torna-se útil à coletividade que dele se apossa, pelo aproveitamento inicial das situações fisiogeográficas intrínsecas e, posteriormente, pelo lançamento do caminho férreo que é o grande incentivador do povoamento. As rodovias vão surgir como uma conseqüente necessidade de ligação dos núcleos humanos, para facilitar-lhes as condições de vida econômica e social.

Não há no estabelecimento do município passo-fundense o que caracteriza a criação de comunas mais novas, surgidas como capturas econômicas de recursos canalizados através de rodovias que interligam centros mais afastados, por isto que, o município de Passo Fundo é núcleo pioneiro de civilização na zona do Planalto Médio rio-grandense.

As estradas rodoviárias são durante muito tempo aquelas mesmas que foram abertas pelos desbravadores bandeirantes ligando Viamão à Província do Paraná, através dos campos da Vacaria, com derivação para W. pelas alturas da Coxilha Grande e após o caminho vindo direto da fronteira S do Rio Grande, passando pelas terras do Rio Pardo, e atingindo o Mato Castelhano, entroncando com o já existente sobre a Coxilha Grande de Passo Fundo.

O crescimento populacional do município de Passo Fundo, e os desmembramentos sucessivos de seu território, vão fazendo surgir novas estradas de interligação municipal e distrital para possibilitar o escoamento da produção pela

via férrea, como único sistema viário que por muito tempo predominou na região, com melhores condições de segurança, de rapidez, de frete e de continuidade até o aparecimento do veículo de motor a explosão, e conseqüente aperfeiçoamento das estradas rodoviárias, excessivamente dispendiosas, na sua conservação, para permitir um tráfego seguro dos transportes.

As rodovias do âmbito estadual possibilitaram ao município de Passo Fundo reduzido proveito, porque quase ficou adstrito à sua própria ligação ao centro administrativo do Estado — Pôrto Alegre, ou ao tronco federal rodoviário N-S do país.

A posição geográfica relativa do município de Passo Fundo, o situa à margem das ligações diretas dos maiores centros produtores do W e N do Estado restando ao município a captura dos recursos econômicos quase que tão somente de algumas comunas surgidas de seu próprio território desmembrado.

Daí porque Passo Fundo tem características de crescimento sob condições autônomas, porque não pertence a órbitas econômicas alheias e pouca influência outros órgãos comunais, à exceção daqueles cuja posição geográfica lhes coloca na dependência rodoviária de sede municipal de Passo Fundo e que justamente são os mais recentemente desmembrados do território passo-fundense.

Portanto, sob o aspecto viário, Passo Fundo está colocado nos traçados principais do Estado, na sua região, quer como Estação Ferroviária, na ligação Santa Maria a Marcelino Ramos, quer como Rodoviária, da grande BR-14 que liga Santa Maria à Vacaria onde encontra a BR-2 de Pôrto Alegre a São Paulo.

O município de Passo Fundo sofreu, pelos sucessivos desmembramentos, um corte territorial mais profundo nas zonas norte e sul, conservando uma extensão como evidência de fidelidade ao sentido leste-oeste que presidiu ao crescimento humano de sua expansão.

Reduzido às proporções atuais, tem suas divisas: ao oeste com os municípios de Sarandi, Càrazinho e Não-Me-Toque, a começar no arroio Sarandi e por uma linha irregular definida quase toda por cursos d'água de pequeno valor, atinge o Rio Jacuí; ao sul com os municípios de Soledade, Marau e Casca, em grande extensão pelo Rio Jacuí, Rio Capigui e arroios, para em pequena linha seca atingir o Rio Carreiro; a Leste, com os municípios de Lagoa Vermelha e Sananduva, por parte do Rio Carreiro, arroio Iguarapã, grande linha seca, para chegar ao Rio Apuaé pelo arroio Nicofé; ao norte com os municípios de Sananduva, Tapejara, Getúlio Vargas

e Erechim, em grande parte dos arroios e pequenas linhas secas, Rio Pirassucé em grande extensão, arroios Inhaporã, Inhupacá e pequena parte do Rio Passo Fundo.

O acentuado desmembramento territorial não privou entretanto Passo Fundo dos melhores cursos d'água da região original, porque ainda ficaram dentro de seu território os: Rio Apuaé (ex Ligeiro) que nasce no distrito de Ciriaco, tendo como afluentes, na margem direita, os arroios Quebra-Dente, Despraiado e Faxinal, e na margem esquerda, parte do Rio Santo Antônio; Rio Pirassucé (ex Peixe) afluente do Rio Apuaé e que pela margem direita recebe vários arroios formados no território de Passo Fundo, e pela margem esquerda inúmeros arroios, como o Fação, o Cachoeira, o Caçador e o Inhaporã.

— Rio Passo Fundo: (Ex Uruguai-Mirim) que recebe pela margem direita os arroios Miranda, Butiá e o Inhupacá, e à margem esquerda, os arroios do Rosa, Palhano, do Cedro, do Bugre Morto, Enchavé, Boa Vista e outros;

— Rio da Várzea (nascentes) — ex Uruguai-Puitan, com vários arroios em especial à margem direita, como o Portão Velho e o Engenho;

— Rio Carreiro (afluente do Taquari), cujos principais arroios da margem direita são os arroios Iguarapã, o Soares e o Leão;

— Rio Capigui, com os arroios Capigui-Mirim e Burro Preto à margem direita.

A distribuição destes cursos d'água equitativamente separados pelas duas grandes bacias do N e do S, dá ao território de Passo Fundo, sob aspecto hidrográfico, uma condição de perfeito equilíbrio das zonas internas, como fatores ecológicos que são para a vida humana.

Distribui-se a zona rural do município pelos distritos de Passo Fundo, Ernestina, Coxilha, Sertão, Ametista, Ciriaco e Trinta e Cinco.

III — O Crescimento urbano da Cidade

A cidade de Passo Fundo assenta-se sobre a Coxilha Grande por onde passava o caminho utilizado pelos tropeiros que do sul buscavam as passagens da fronteira norte para atingirem a Província de São Paulo.

Buscando repouso seguro contra a hostilidade do selvagem habitante do território, os itinerantes escolheram as alturas da Coxilha Grande, onde encontravam boa aguada na proximidade, e dominavam a região no chamado Boqueirão antes da travessia do «Passo Fundo», lugar em que o caminho corta o Rio Uruguai-Mirim (hoje Passo Fundo).

A Coxilha Grande tem a configuração de uma extensa crista de cota média de 680 m e de sentido sensivelmente NE/SW, com um ponto máximo cotado de 709 m, do nível do mar, aos 28°13' de lat. S e 9°26' de longitude W, do meridiano do Rio de Janeiro no centro do dispositivo de alturas, que inflexionam para W, como o grande divisor de águas da região.

O ponto preferido para o estacionamento dos tropeiros, e que é justamente o nascedouro da cidade, é a altura ocidental da Coxilha Grande, o Boqueirão, onde próximo ficava a vertente do Mato do Barão, caponete isolado, com aguada fácil.

O surgimento da cidade de Passo Fundo foi devido ao estabelecimento neste local, em 1.828, de Manoel José das Neves e sua mulher Reginalda da Silva, juntamente com escravos e gado, o que começa a atrair outros ocupantes, cujas moradias eram construídas ao longo da estrada, então denominada «Caminho dos Paulistas».

A atividade dos primeiros moradores resumia-se, em especial, à exploração dos ervais nativos da região que foi a grande atração dos colonizadores primitivos de Passo Fundo.

O núcleo inicial do Boqueirão, embora dominando toda a Coxilha Grande, ficou adstrito, a este local, em função da sempre presente agressividade dos Coroados, senhores dos meandros traiçoeiros do Mato Castelhana.

O aglomerado humano ficou sujeito, na sua expansão territorial, ao clássico fator do desenvolvimento das cidades, a estrada, em cujas margens vão sendo erigidas as habitações, sem entretanto, se afastarem em demasia na direção do «passo», cuja atração só era vencida pela necessidade de segurança da coletividade, o que, aos poucos, à proporção da predominância do branco sobre o índio selvagem, vai sendo anulada, para permitir um núcleo também naquele setor, que igualmente oferecia a vantagem topográfica da altura equivalente ao Boqueirão.

A cidade portanto surge aos primeiros tempos numa extensão retilínea de cerca de 1.500 m com base naqueles dois pontos extremos de fixação, ligados pela estrada da crista da Coxilha Grande, a hoje Avenida Brasil.

Um terceiro ponto, justamente o dominante do sistema, de cota 709 m, situado à direita do caminho para o «passo», produzia igualmente atração aos povoadores que o ocupam, inicialmente, para a construção da capela.

Cessadas as restrições do ambiente humano que cerceavam o crescimento do núcleo criador da cidade, começou esta a cingir-se aos trâmites normais de expansão, espalhando-se pelas cristas que davam nascimento a novos caminhos de liga-

ção da região para os pontos de atração do território exterior.

A aglomeração humana assim estabelecida, cresce na ocupação dos pontos culminantes que são as elevações do norte, como saída para o divisor da sanga Lava-pés e afluentes do Rio Passo Fundo, e para W, no divisor ainda da aludida sanga com as margens do Rio Jacuí. Não há portanto, no nascimento da cidade a normal evolução da vida coletiva do núcleo em torno de um ponto central, que via de regra, é o «centro cívico» onde se localiza em praça pública, a Igreja e a sede do Governo.

Em Passo Fundo, a cidade pode-se dizer que ocupou antes os pontos vitais para a expansão e após localizou, em função do conjunto topográfico, os órgãos necessários à vida coletiva.

Como uma imposição natural da topografia, presidiu o crescimento da cidade um sentido expansivo de profundidade linear através das cristas, sem que houvesse um ponto central de fixação e irradiação progressiva.

Este ponto só vai surgir quando é localizada a estação da via-férrea na encosta sul da colina central do dispositivo topográfico, onde já se instalara a Capela, em terreno doado, em 1833, por Manoel José das Neves, e cuja construção iniciada em 1834, é concluída em 1835, graças a iniciativa de vários moradores encabeçados por Joaquim Fagundes dos Reis.

O núcleo, que fôra em 26 de novembro de 1847, declarado Freguezia do município de Cruz Alta, por lei provincial, e denominado Nossa Senhora da Aparecida de Passo Fundo, contava pouco mais de 1.000 habitantes e é elevado à Vila pela lei provincial de 28 de janeiro de 1857, que criava o município de Passo Fundo, com os distritos de Passo Fundo (1.º), Campo do Meio (2.º), Nonoai (3.º), Jacuizinho (4.º), Restinga (5.º), Soledade (6.º) e Lagoão (7.º).

Antes do aparecimento da estrada de ferro o crescimento urbano não teve força coercitiva para estabelecer um centro social porque a vida econômica girava em torno da exploração dos ervais cujo produto comercializado era canalizado pela estrada eixo do vilamento indiferentemente nas direções leste e oeste. A sede do Governo municipal se localiza na linha base do povoamento.

A inauguração da gare ferroviária em 8 de fevereiro de 1898 modificou, por completo, o ritmo da evolução urbana, dando-lhe um elemento preponderante de centralização, para escoamento da produção, recebimento da importação e intensificação da vida social.

Deste instante em diante passou a cidade a ter um crescimento de dentro para fora, inten-

sificando-se as construções em torno da praça principal, para instalação do comércio de atacado, varejo e casas residenciais.

A linha férrea, construída segundo as formas do modelado topográfico da região, chega à cidade pelo lado norte, e buscando as linhas de níveis de iguais valores, se lança para o sul, cortando os arruamentos traçados em paralelo à estrada gênese do povoamento, contornando, após, pelo sul a colina do centro urbano que ele criou, e só então dirige-se para o norte, na direção de Marcelino Ramos no Rio Uruguai.

O desenvolvimento passou também a ser orientado segundo o traçado da linha férrea pelas construções de estabelecimentos exploradores da madeira, incrementado com o advento da ferrovia. Desta possibilidade creditada à vida econômica da população surgiu a criação comercializada dos suínos e a plantação do trigo.

Estabelecido o centro urbano da cidade, continuou esta o seu crescimento, ocupando todas as alturas do sistema orográfico ambiente, marcadas pelo Boqueirão, Praça da República, Vila Rodrigues, Quarteis militares e Cemitério.

O crescimento natural se expande em função das outras alturas que se espriam além das zonas pantanosas das baixadas que cercam o sistema inicial de elevações. Estas surgem após o «passo» para leste, para norte, seguindo o leito ferroviário, para o sudeste, ainda pela linha férrea e para oeste, o velho caminho natural de penetração.

Os obstáculos que entravam a expansão espontânea são constituídos, a leste pelo Rio Passo Fundo, ao norte pelos alagadiços dos arroios afluentes daquele rio, a noroeste pela zona alagada da sanga Lava-pés e ao sul, pelos banhados das margens do Rio Jacuí.

O centro da cidade ficou limitado pelo caminho genético do povoamento, a atual Av. Brasil, e a Estação Ferroviária, condensando uma área que abrange os arruamentos transversais nas imediações da praça principal, a Marechal Floriano.

A área intermediária de densidade populacional situa-se da periferia do centro, avançando irregularmente para a região sul da praça principal, envolvendo a Estação, e para oeste pelo eixo da Av. Brasil.

A zona de menor densidade habitacional ficou englobando a anterior, com nítido sentido de expansão através das passagens orientadas pela via férrea nos dois sentidos, e pela rodovia leste-oeste.

A cidade não tem ainda as características dos grandes centros demográficos, que fazem surgir os bairros, como sub-núcleos vegetativos

em função do centro urbano. Daí porque não se pode a rigor definir na periferia zonas distintas para classificá-las de bairros. O crescimento da cidade ainda está em fase de expansão mais ou menos uniforme nas direções que a topografia impõe.

A rarefação demográfica progride, portanto, em função do afastamento do centro urbano, com previsão de valorização da densidade nas zonas da Estação, de concentração industrial e dos Quarteis.

IV — Ação regional da Cidade

A divisão regional do Estado do Rio Grande do Sul, tal como os modernos estudos geográficos estabeleceram grupando conjuntos correlatos da análise das «regiões elementares», definiu o Planalto Médio como a parte central do «plateau» rio-grandense, do qual é uma região intermediária da fisiografia geral ambiente, com a característica consequente do imperialismo geográfico que canaliza a vontade humana para o aproveitamento do local evidentemente superior, para a concretização do desideratum humano.

A fisiografia do Planalto Médio define uma linha central leste-oeste de altura, a Coxilha Grande, separadora do norte e do sul impondo a ocupação humana, para a posse de fato de toda a região, não só para dar ao homem o domínio do meio geográfico, como a segurança contra os elementos adversos que se apõem à utilização da zona pelos desbravadores do progresso.

A cidade de Passo Fundo, situada no centro do dispositivo geográfico desta região, é uma aplicação do postulado de Vidal de La Blanche, porque a «natureza prepara o local e o homem organiza-o de modo a lhe permitir corresponder a seus desejos e necessidades».

A eleição natural da posição da cidade, condensando os fatores essenciais à vida humana como elemento de formação e pelos quais ficava assegurado o domínio da região, como fator de progresso, possibilitou o desenvolvimento do núcleo como um centro inicial de irradiação para todo o restante do território, não só como fim de etapa na corrente de união do sul ao norte, mas também como apoio à penetração para o oeste.

Desta situação tirou partido a cidade de Passo Fundo ficando como ponto convergente dos caminhos que deram origem às estradas troncos do norte do Rio Grande.

A predestinação geográfica da cidade é que aconselha à criação do extenso município de Passo Fundo, desmembrado de Cruz Alta a oes-

te, como uma imposição da centralização econômica da rica região centro-norte do território rio-grandense.

Pelo desenvolvimento deste vasto município é que vão surgir aos poucos as possibilidades de criação de novas comunas, oriundas do território centralizado administrativamente na cidade de Passo Fundo.

A sede administrativa, a cidade, torna-se um centro coletor da vida econômica, social e humana, de vasta região que compreende não só o Planalto Médio, mas ainda o Alto Uruguai e parte de Missões.

A posição da cidade localizada nas alturas de um divisor de águas, tem característica topográfica que permite um aproveitamento total das condições favoráveis ao desenvolvimento urbano, favorecido pelas linhas dirigidas nos sentidos transversais, como separadoras das águas constituintes das bacias do norte e do sul da região.

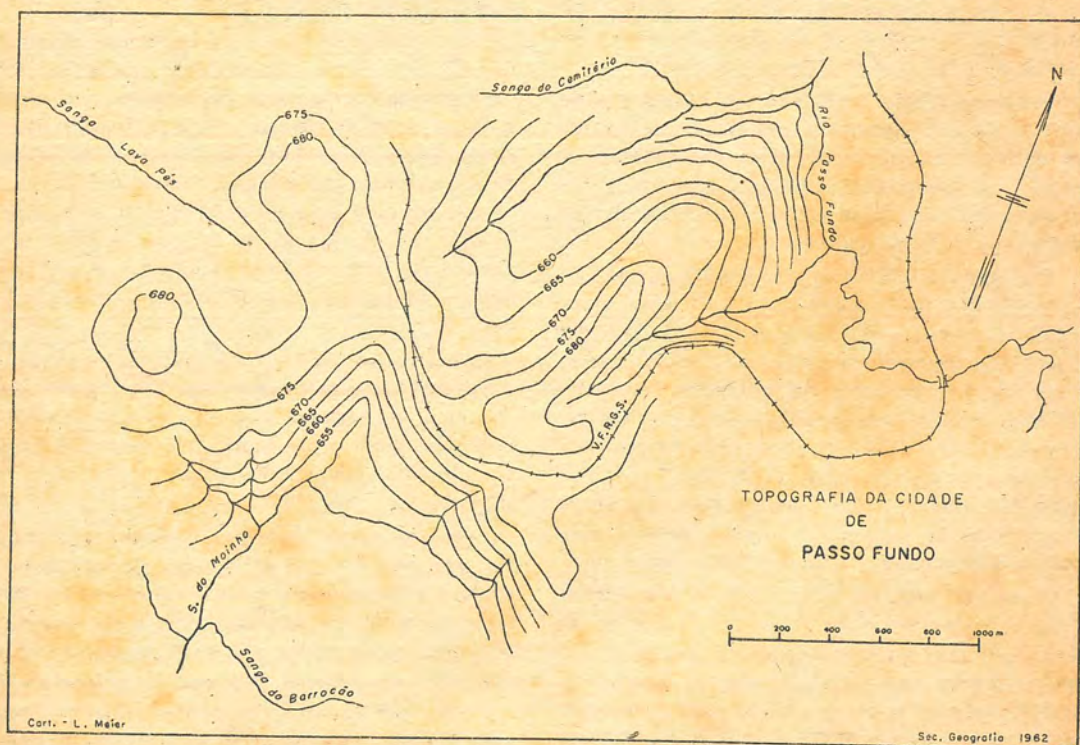
A crista de alturas do divisor principal canalizou todos os caminhos rodoviários do norte e do oeste para a cidade, como sentido natural de fuga aos obstáculos topográficos, que pela mesma razão dá o crescimento urbano ao longo destas rodovias.

A ligação ferroviária do centro geográfico do Estado, ao norte do País, confirma a posição do imperativo topográfico da cidade de Passo Fundo, delineando, no aproveitamento das curvas de níveis, o caminho natural do sul para norte que forçosamente passa pelo centro urbano da cidade depois de tê-lo ultrapassado a oeste, para contorná-lo pelo sul e retomar a direção nordeste.

A posição da cidade de Passo Fundo dá-lhe uma condição de atração compulsória no aproveitamento dos fatores buscados pelo homem no meio ambiente para maior facilidade utilitária de seus objetivos.

É o caminho natural da Serra Geral que se desdobra em degraus sucessivos e amenos, descendo de Lagoa Vermelha, de onde vem do milhar de metros de altitude, decrescendo no Campo do Meio para os 826 metros e sucessivamente 784 m no Povinho da Entrada, 709 m na cidade de Passo Fundo, 597 em Pulador quando continua baixando para Carazinho na linha para oeste.

Os caminhos transversais que vêm à cidade de Passo Fundo são as zonas altas dos campos, separadoras das águas da bacia do Uruguai,



Altimetria da cidade de Passo Fundo

ao norte, e do Jacuí ao sul, todos convergentes para o centro topográfico da Coxilha Grande.

A vegetação que emoldura a Coxilha Grande é a típica da zona do Planalto, onde vastas extensões de campos, se equilibram, em valor dimensional, com as grandes cobertas florestais que bordam os cursos fluviais, dando-lhes o sentido de sua orientação e enriquecendo o território pela exploração que possibilitam de suas qualidades — pinheiros e ervais, como dominantes da região, onde ainda se expandem os butiazeiros, os buritis, o angico, a aroeira, o bugre, a cabriuva, o cambará, a canela preta, a cangarana, o cocão, a guajuvira, o ipê, a piuna e o tarumã, como resistentes à humidade; a cabriuva, o cedro, a grapecunha, o louro, o açouta-cavalo, a canela-louro, a caroba, o alecrim, o carvalho, a cereja, a cotia, a guajuvira, o pau-ferro, o araçá, o branquinho, dos quais todas as indústrias da madeira são possíveis.

No domínio vegetal, se possibilita a região o interesse dos núcleos originais de fixação, também a coíça se manifesta na exploração do reino mineral, onde afloram a ágata, o ferro, o manganês, o cobre e o antimônio; o estanho, o carvão, o ouro e o chumbo em escala modesta, vêm a surgir posteriormente.

A criação de bovinos, eqüinos e suínos constituem as linhas mestras da pecuária, com toda a sorte de exploração de seus derivados.

Torna-se, pois, a cidade de Passo Fundo, desde as suas origens, um entreposto da expansão do aproveitamento do solo circundante do território e da convergência dos resultados que advêm da ação humana sobre a geofísica de que dispõem os seus ocupantes.

Dai por que de início é a cidade demarcada pelo núcleo formador num ponto de coesão, como medida de segurança, e aos poucos se expande ao longo da estrada da crista da Coxilha Grande, para começar após ao marginamento das variantes transversais que ligam aos núcleos interiores do território, até que a via férrea vem impor o crescimento urbano em função da estação ferroviária, como consequência do valor, que tal meio de transporte implica para a facilidade de exportação dos produtos regionais.

A cidade, que até o advento da via férrea, tivera o crescimento sem nenhum incentivo de coesão, por isto que se dispersava ao sabor das novas margens das estradas para o interior do território, passou a ter motivo capital de centralização para estar o mais próximo possível do ponto de embarque dos produtos de sua atividade.

Disto decorre que a cidade ganhou em definitivo um centro comercial e sentiu a valoriza-

ção dos locais em função da maior proximidade da estação da estrada de ferro, como decorrência do interesse que os mesmos passaram a despertar na coletividade produtora e comercial.

Nasce assim a hierarquia dos núcleos que rege as normas da evolução urbana, pelos quais se diferenciam as categorias sociais de uma cidade. Começa a urbes a ter esboçado os bairros que se localizam em grupos de indivíduos com idênticas funções sociais.

Os elementos que vivem em função da exploração dos produtos básicos, como a madeira e a erva-mate, localizam-se ao longo da via-férrea, como atuantes das serrarias e depósitos ao norte, na zona de entrada da ferrovia, e da rodovia que vem de Sarandí, e ao sul, nas imediações da estação ferroviária e acesso da estrada de Marau, para se expandirem pela periferia do traçado ferroviário, pelo leste até a estrada geral para Porto Alegre.

A cidade se adensa gradativamente dentro dos limites da Coxilha Grande num sentido irregular, em função não só das entradas assinaladas, como fatores positivos do crescimento, mas circunscrita aos setores negativos que constituem os alagadiços das margens do Rio Jacuí, ao sul, do Rio Passo Fundo a leste, e das sangas da encosta norte da Coxilha.

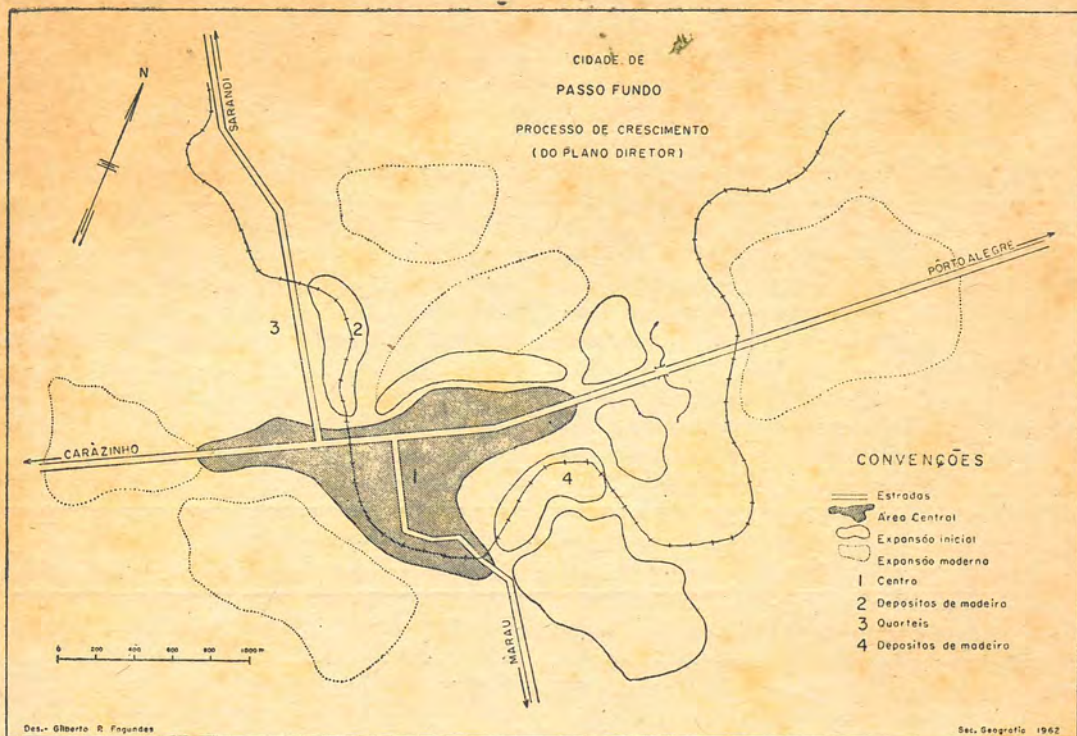
Assim a área inicial da densidade maior que constitui o centro urbano, toma aproximadamente, a forma triangular com base na via gênero, a atual Avenida Brasil, numa extensão de cerca de 1.500 m, e lados que ligam suas extremidades do ponto da estação ferroviária ao sul.

A segunda fase do crescimento populacional se orientou em função do traçado ferroviário enchendo os vazios interpostos entre o núcleo fixado e os trilhos que contornam a leste a cidade.

A terceira fase é uma resultante dos loteamentos que se processam nas regiões relegadas de início à ocupação, quer como propriedades privadas, quer como inaproveitáveis sem prévio trabalho de recuperação pelas condições de insalubridade.

A vida social floresceu à sombra do comércio que englobou as atividades gerais da agricultura e da pecuária para estabelecer as indústrias na periferia urbana, criando os centros operários, como novos núcleos, aos quais se incorporam os efetivos militares e os ferroviários.

São, em especial, os ferroviários que matizam a feição urbana com as primeiras nuances na uniformidade coletiva, criando diferenciações funcionais no panorama social primitivo da classe predominante do agricultor originante do núcleo populacional da cidade.



Cidade de Passo Fundo. Núcleo urbano e expansão suburbana

A cidade se desenvolve em função do crescimento dos trabalhadores da ferrovia e da indústria madeireira, na forma de depósitos e serrarias, localizados todos na servidão do traçado férreo.

Somente quando os espaços úteis que margeiam a linha férrea se vão rarefazendo nas proximidades do centro urbano e o aproveitamento das terras em prosseguimento ao traçado ferroviário começa a situar distâncias excessivas para a condição de trabalho, é que toma efetividade o saneamento das zonas alagadiças que permitem então a coletivização urbana no sentido circular, perdendo a cidade a forma originária linear.

O elemento predominante na criação do núcleo pela circunstância como se processou, de característica espontânea, como imposição de itinerário, foi o primitivo colonizador brasileiro, ao contrário de tantas outras cidades rio-grandenses, surgidas por eleição prévia do local para acomodação de estrangeiros trazidos sob planejamento imigratório.

Os primeiros colonizadores de origem europeia ao chegarem à cidade já encontraram assim o núcleo formador, e por isso são assimilados pela condição do meio já existente.

Já vimos que o grosso da colonização teuta e italiana se estabelece no município à proporção que o caminho férreo penetra no mesmo e o faz pelos limites oeste, de forma que quando os trilhos atingem a cidade de Passo Fundo, esta tem fisionomia própria impressa pelos próprios nacionais.

A condição de ponto central do Planalto, e como tal de importância vital para as comunicações com o norte do Estado, faz de Passo Fundo um local estratégico, não só do desenvolvimento do território rio-grandense, como especialmente, das lutas que pontilham a consolidação nacional, sob a égide portuguesa em início, sob a soberania da independência brasileira depois, e das próprias divergências na política regional do Rio Grande.

Estas circunstâncias servindo como desestimulantes do afluxo imigratório, ao contrário emularam a formação do espírito eminentemente nacionalista da cidade predominando o elemento brasileiro na criação do tipo de vida social, ao qual se incorporam os originais europeus e seus descendentes imediatos.

Deste amálgama sob aspirações e hábitos comuns é que se forma a paisagem urbana, sem predominâncias de qualquer espécie, nem raciais, nem sociais e nem econômicas.

O centro urbano é um representante do todo nuclear, estabelecido para o comércio necessário à vida da coletividade em decorrência da produção que se expande nos limites rurais e no interior do município.

Do desenvolvimento das atividades gerais, todas em função da vida coletiva, cresce a cidade sem predominância de funções urbanas, as quais decorrem do conjugado da vida agrária, gerando as decorrentes necessidades de complementação funcional para a exploração econômica.

Da circunstância de centro coletor de toda a vasta extensão do Planalto, decorre o traçado rodoviário que permite ligar os afastados centros produtores do interior do município e mesmo das comunas do norte e do noroeste do Estado, com a cidade de Passo Fundo, como entreposto de escoamento para a capital do Estado e fornecedor das populações ao longo da ligação rodoviária do norte, em grande extensão pelos Estados de Santa Catarina e Paraná.

A via férrea descrevendo um sinuoso curso, desde o centro geográfico do Estado, a cidade de Santa Maria, e ligando diretamente inúmeros núcleos produtores da rica zona do Planalto, ao norte do País, modificou parcialmente a fisionomia econômica de Passo Fundo, restringindo-lhe o raio de ação coletora sobre tradicionais centros dependentes de suas rodovias.

O planejamento rodoviário do Estado, efetuado sob condições técnicas e econômicas que se antecipa ao plano nacional de comunicações, permite, sob o influxo do aperfeiçoamento mecânico da tração automotora, a retomada do papel central de Passo Fundo, no traçado rodoviário da zona do Planalto, como entreposto de exportação dos produtos da indústria agrícola, pastoril e extrativa, pela circunstância da má política ferroviária, responsável pelo continuado regime deficitário do serviço que acarreta altos fretes, insegurança e irregularidade de transporte e entrega.

Este panorama da vida urbana de Passo Fundo predestinado a importante papel, como fulcro da economia do Planalto, desde a sua origem, e que sofreu, quando do lançamento do transporte ferroviário uma desvalorização, como consequência da perda de centros dependentes de seu eixo rodoviário, acrescida ainda pelos desmembramentos territoriais, voltou, como vimos, por novo plano rodoviário, superante em condições econômicas ao desleixo da ferrovia, a seu antigo fulgor, o que tende a não mais perdê-lo, em vista do prosseguimento na execução do antigo plano de ligação ferroviária pelo vale das Antas à capital do Estado.

Daí poder-se afirmar que Passo Fundo será

efetivada em definitivo na condição de capital do Planalto, como grande centro rodoviário e ferroviário de toda a zona norte do Rio Grande.

V — Posição econômica do município

Como base da análise da posição do município no conjugado estadual, deve-se ter presente o moderno conceito geográfico que orienta a divisão territorial em unidades administrativas, como células do todo, que possam apresentar características homogêneas possibilitadoras de um equilíbrio funcional de cada parte dentro do conjunto.

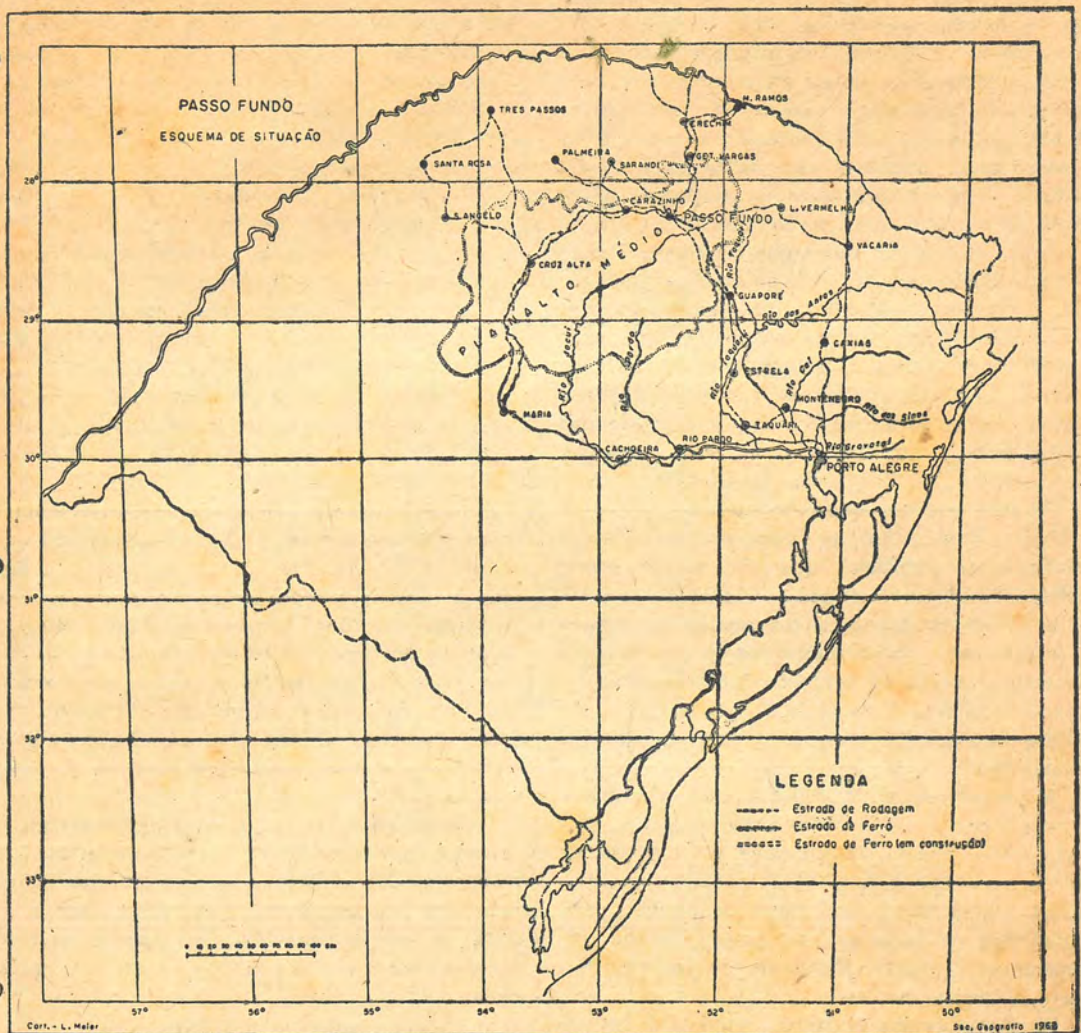
Sob tal aspecto é que o município deve ser uma verdadeira «paisagem geográfica» (invernal landscape), dentro da qual a interrelação física e humana lhe dê, de fato, a unidade de condições que se completam para o funcionamento da célula municipal.

Para o conhecimento da «paisagem geográfica», é o estudo analítico de todas as características quer físicas, quanto à posição e constituição, quer humana nas suas relações, que vai permitir o estabelecimento da síntese, como objetivo final do estudo geográfico.

Sabe-se, entretanto, que nenhum trabalho neste sentido ainda pôde, no Rio Grande do Sul, em especial, aproximar-se do desejado, em virtude das deficiências dos dados subsidiários indispensáveis que completem o levantamento geográfico do território, através de uma cartografia geral e detalhada com base nos estudos sistêmicos especializados.

Pela moderna conceituação da divisão administrativa, que a assegurar uma evidente propriedade no estabelecimento das células municipais, capazes de, por si só, não desequilibrarem o conjunto da vida econômica do núcleo, o território rio-grandense continua a ser como primariamente o foi, sujeito a divisões empíricas, ao sabor, em vezes, de fatores estranhos à geopolítica, sem nenhum senso de equidade potencial que é, em última análise, a única preponderantemente diretriz da descentralização administrativa. Como consequência desta insensibilidade geográfica está o Rio Grande do Sul constituído de máximas e mínimas na curva das áreas municipais.

Dos estudos atualmente já processados pelos órgãos geográficos especializados, não contando com a base científica moderna dos levantamentos topográficos e pesquisas fundamentais, estruturadas, pois, em métodos indiretos, chegou-se ao estabelecimento da potencialidade dos municípios gaúchos, com base nos fatores potenciais — área, população e renda, tomando-se co-



Localização do município de Passo Fundo no Planalto Médio rio-grandense

mo termo comparativo a média geométrica dos extremos, o que fixou como normal, ou valor da moda, o município de 1.000 Km2 de área, 31.000 habitantes e renda municipal de Cr\$ 3.500.000,00 anuais, em 1.956.

Os municípios rio-grandenses, sob a análise deste estudo ficaram enquadrados como: «normal homogêneo», onde os fatores se aproximam uniformemente do valor da moda; «normal diferenciado», quando há desequilíbrio compensatório dos fatores; e «normal divergente», se profundas forem as divergências de valor dos fatores constituintes, o que acarreta uma falsa impressão de normalidade ao índice potencial.

Dentre estes últimos, aqueles cuja digressão da potencialidade for superior a 100 por cento, devem merecer atenção especial para correção do desequilíbrio dos seus fatores, o que será mais facilmente conseguido com sub-divisões territoriais, se a administração não atingir, por planejamento racional, o necessário aumento percentual das digressões da renda e população.

Dos 152 municípios rio-grandenses, cerca de 44 podem ser classificados como normais divergentes por isto que sua capacidade potencial está situada acima da percentagem ideal, como resultante da hipertrofia do ramo de atividade industrial¹, em detrimento da agricultura e da

pecuária, justamente os fatores que correspondem ao aproveitamento das áreas integrais, trazendo como corolário o aumento populacional.

O município de Passo Fundo, situa-se dentre estas 44 comunas, e apenas 8 lhe superam em deficiência potencial, porque a sua economia se ampara na indústria com mais de 50% da renda, e a agricultura, como a pecuária, ficam ambas com pouco mais de 20%.

Sendo à área do município de Passo Fundo de 3.237 Km² para uma população, segundo o censo de 1.960, de 93.179 habitantes, a sua média de potencialidade é da ordem de 293%, que dá ainda uma densidade demográfica de 23,1 habitantes por Km², sabendo-se que o valor demográfico é essencialmente relativo, mormente nas regiões onde a indústria concentra os efetivos, criando rarefação das áreas agrícolas.

Os sete distritos que constituem o município de Passo Fundo têm as características físicas sensivelmente idênticas, que dão ampla possibilidade de desenvolvimento econômico em todos os ramos de atividade do município, apenas se diferenciam, fundamentalmente, no aspecto populacional, já pela injeção histórica dos caminhos originais, já pela situação marginal em relação ao tráfego das comunicações rodovias e ferroviárias.

A maior densidade populacional está situada no distrito central, como zona rural da cidade de Passo Fundo, seguindo-se os distritos de Sertão, na divisa norte, Trinta e Cinco, na divisa leste, Ametista, como ponte de ligação para os distritos do leste, e finalmente, Coxilha, intermediário do norte, Ernestina no extremo sudoeste e Ciriaco ao leste.

Os distritos da periferia municipal beneficiaram-se, os do norte, pelo eixo ferroviário e os do leste, pela rodovia tronco da ligação oeste do Estado.

A divisão distrital é pois elementar, dado que tendo o município 3.237 Km², a compartimentação apresenta dimensões que não obedecem a justo critério geo-econômico, sobressaindo-se o distrito sede com 1.295 Km², o que vale dizer, é cerca de 40% da extensão territorial do município. Da rarefação demográfica presente a certas regiões, decorre o entravamento do progresso de vastas zonas relegadas ao nativismo geográfico.

Acentua-se o desequilíbrio populacional, quando constata-se que a população da sede municipal é igualmente de cerca de 47% dos habitantes do município.

O exame estatístico é que bem ressalta o verdadeiro aspecto da paisagem geográfica municipal de Passo Fundo.

A economia de Passo Fundo assenta nas fontes primárias da indústria, da agricultura e da pecuária.

A contribuição percentual das principais classes industriais, em relação à produção total, é a seguinte:

— indústrias alimentares,	64,4%
— indústria de bebidas,	7,5%
— transformação de produtos minerais	1,4%
— indústria de madeira,	13,9%
— couros e produtos similares,	2,9%
— produtos químicos e farmacêuticos,	0,3%
— produtos metalúrgicos,	4,4%
— indústria do mobiliário,	0,8%
— vestiário, calçados e artefatos	
de tecidos	0,3%

A agricultura, com base essencialmente no trigo, com uma área produtiva de aproximadamente, 4.500 Ha, num geral de cerca de 6.220 Ha de área cultivada para todos os produtos principais do município, se percentua, no valor total da produção em cruzeiros, desta forma:

trigo, 64% — milho, 18% — arroz, 8% — uva, 4% e outros produtos, 6%. Sem constituir ainda um elemento de peso econômico, é Passo Fundo grande produtor de soja: 90% da produção do País.

Finalmente, a pecuária é representada na criação, especialmente de raças apresentáveis industrialmente, onde se sobressaem os bovinos com 46% da população animal, os suínos com 31%, os ovinos com 13%, os equinos com 6%, muars com 2% e os asininos e caprinos com 1% cada.

O valor geral da economia passo-fundense se expressa com 52% a crédito da indústria, restando à pecuária 26% e à agricultura 22%.

As finanças públicas do município apresentam um quadro percentual que atribui à arrecadação federal cerca 44,4%, à estadual 44,3% e a municipal 11,3% da receita arrecadada pela comuna.

Convém ficar ressaltado que a estatística demonstra um crescimento das percentagens federais e estaduais, paralelamente ao decréscimo na taxa de arrecadação municipal, as quais tomadas num triênio, revelam respectivamente, uma escala aproximada de 31,34 e 44 por cento na federal; 42,48 e 44 por cento na estadual; e 25,17 e 11 por cento, na municipal.

Sob aspecto cultural o município apresenta uma situação de destaque dentre as comunas rio-grandenses, com 60% da população acima de 10 anos sabendo ler e escrever, graças a uma frequência escolar, para crianças de 7 a 14 anos,

de 51%. Possui o município 158 escolas primárias, 20 colégios e 5 faculdades de ensino superior: Direito, Ciências Econômicas, Filosofia, Agronomia e Odontologia, estando em vias de instalar a faculdade de Belas Artes.

As fontes de energia elétrica do município constituem as barragens de Ernestina, com uma bacia de 5.487 hectares e a do Capigui com 80 hectares.

VI — Conclusões

A divisão municipal no Rio Grande do Sul tem obedecido essencialmente aos mais variados critérios, desde a necessidade de redução simplística das áreas extensas e selvagens, como o foi de início, até as injunções de ordem política, para fins eleitorais, e em vezes, com vistas ao favorecimento de zonas de peso econômico sacrificado em benefício de sua sede municipal, mas jamais sob o verdadeiro e lógico aspecto científico geográfico.

Daí a existência de comunas de grande extensão territorial, ao lado de outras de reduzidas proporções, trazendo como consequência o desequilíbrio comunal, pela criação de municípios sem o necessário potencial para constituir-se em paisagem geográfica científica capaz de entrosar o homem ao meio.

O município de Passo Fundo como dos mais antigos do Estado teve naturalmente suas divisas abrangendo extensões iniciais que aos poucos passavam a constituir, logicamente, outros municípios.

Os sucessivos desmembramentos trouxeram como consequência para o município, não só perdas territoriais, mas igualmente populacionais e econômicas, dado que, em especial, as novas divisas iam se acercando da sede em toda a periferia, tirando-lhe as zonas de maiores possibilidades econômicas, como as do eixo ferroviário, para o oeste, e para o norte, e do tronco rodoviário para o sudeste.

Estes cortes territoriais, justamente pelas condições de zonas vitalizadas no progresso regional, causaram ao município, perdas sensíveis no valor demográfico, o que produz o maior desnível entre o valor físico e o valor humano, e corresponde à queda de potencial.

Os efeitos da fragmentação atingem fundo a vida da comuna que ressenete-se da produção das áreas mais desenvolvidas e das condições físicas inerentes às mesmas, dentre as quais os valores hidrográficos, reduzindo no conjunto a economia coletiva e trazendo como corolário um centrismo exagerado para a sede, que tende a

criar a macrocefalia orgânica como melhor ponto de atração para o desenvolvimento do intermediarismo agrícola, industrial e comercial.

É justamente o que se constata no quadro demográfico municipal que apresenta o distrito sede abrigando cerca de 47% da população geral do município, enquanto os distritos de Serião, Ametista, Ernestina e Trinta e Cinco, decrescem, nesta ordem, dos 10% e Coxilha e Ciriaco mal atingem os 5%.

No exame frio dos números, 47% da massa populacional situa-se na extensão de terra do primeiro distrito que é 40% da área total do município, o que não chega a ser verdadeiramente exato, quando se sabe que cerca de 50% dos habitantes da sede estão localizados exclusivamente na zona urbana da cidade de Passo Fundo.

Tal situação, sob o aspecto geográfico, é anômalia, porque não permite um mínimo potencial considerado na administração científica como normal para a vida da célula municipal, cuja tendência deve ser a redução da área e aumento da população e da renda.

A área, entretanto, não pode ser considerada como um fator a simplificar, na busca do equilíbrio, sem cogitações da estrutura do saldo, a fim de que não se venha a criar verdadeiras cabeças sem corpo, como são as chamadas cidades industriais.

Há necessidade de estudos na condução do problema geográfico, aplicado à vida das células municipais, de molde a serem equacionados os fatores fundamentais de seleção de áreas que realmente possibilitem a existência do município capaz de sobreviver como um corpo homogêneo, onde cada parcela tenha parte do esforço necessário ao todo. Para tal é que tornam-se imprescindíveis os levantamentos topográficos, capazes de evidenciar todos os aspectos geográficos, que definam realmente as áreas para o seu aproveitamento demográfico.

Se tais estudos cai-se na regra geral dos desmembramentos municipais que não armam o município de condições eficazes para a sua prosperidade econômica e financeira, que assegurem o bem coletivo e impeçam as migrações humanas do interior, falho de recursos e trabalho, para os centros industrializados, criando assim o debatido problema do êxodo rural.

Este desenvolvimento das cidades, incentivado pelo êxodo rural, trás o mérito do crescimento industrial que é, em última análise, a grande fonte de prosperidade coletiva. Mas, em contraposição, cria-se uma condição de prosperidade dos grandes centros, de características anti-econômicas, porque passa a não ter base na

produção agropecuária, cujas zonas são relegadas à instabilidade social, na falta absoluta de amparo efetivo.

Em Passo Fundo, cujo território está localizado nas imediações dos limites estaduais mais longínquos da capital do Estado, não se encontram os fatores que vêm originando a celêuma atual no campo político nacional, e que dizem respeito às zonas rurais latifundiárias.

Prevalece, no município, muito ao contrário, a média e a pequena propriedade, fisionomia que vai ao encontro da tendência político-social brasileira que visa à reforma agrária, com base na divisão rural entre os chamados camponeses sem terra.

Este aspecto social não pode ser encarado de forma unitária na heterogeneidade nacional, porque as características locais sendo as mais diversas, quer humanas, quer físicas, quer econômicas, não permitem a solução do problema com a adoção de medidas de âmbito geral.

Cada zona geográfica deve ser vista de per si, para possibilitar-lhe condições justas e adequadas ao seu progresso.

A agricultura ainda terá benefícios, no aspecto sócio-econômico, com as reduções das terras, melhor distribuídas a um número maior de agricultores, desde naturalmente, se fôr encarado o principal fator de progresso, que é a dotação dos meios adiantados de cultura, através da orientação técnica e da mecanização do trabalho.

Já a pecuária, que exige extensões de terras compatíveis com o objetivo do incremento populacional dos rebanhos, não se enquadra na fórmula simplística da divisão rural.

Buscando-se a solução do problema agrário, não se pode esquecer o problema pecuário, sob pena de incentivar-se a agricultura, com vistas a questão social rural, assentada em bases mais humanas e coletivas, mas à mingua da produção animal, que é um dos esteios econômicos das coletividades, como necessidade biológica e industrial.

A estabilidade dos núcleos humanos reside na existência correlata dos três ramos fundamentais à vida, que são, o mineral, o animal e o vegetal, de molde a possibilitar a complementação industrial, base do equilíbrio econômico, pelo valor mínimo dos três fatores, necessários a auto-suficiência do núcleo.

Neste aspecto, Passo Fundo, que se apresentou no panorama estadual, como um município de largas possibilidades agrícolas e pastoris, sob o influxo de vasta exploração de suas riquezas vegetais, representadas nas imensas matas de seu interior, e de seus rebanhos, disseminados nos férteis campos do Planalto, foi

aos poucos permitindo, com o crescimento das suas indústrias bases, que se ruísse o equilíbrio, pela queda potencial de suas fontes, de matéria prima, para a atividade crescente.

A indústria, com base essencial na madeira, desgasta a dotação florestal, sem que paralelamente se processe um justo equilíbrio de reservas, o que ainda se evidencia nas perdas dos territórios mais recobertos de florestas nativas.

Decresce igualmente a cultura da erva mate, em tempos, uma das boas fontes de recursos econômicos do município, com base primordial na existência nativa do vegetal que recubria enormes extensões florestais.

A extração de minérios nunca passou de rudimentar exploração não estimulada, pela falta de apoio dos poderes públicos, embora o solo estivesse a mostrar condições de existência dos mais úteis elementos.

A pecuária também apresentou declínio no valor quantitativo dos rebanhos que cobriam os campos do município, não só pelos desmembramentos de terras, mas principalmente pelo desestímulo do criador, que em menor escala, passou a ocupar-se de espécie mais rendosas para a indústria de derivados, montada na sede e a proximidades do maior núcleo populacional da comuna.

Este quadro sintético das três atividades econômicas de Passo Fundo, mostra já a tendência presente, que justifica o crescimento, em todos os setores do centro administrativo municipal, como consequência da expansão industrial, servida pelo conjunto de vias de comunicações da sede.

O decréscimo da agricultura e da pecuária faz prever, com tôdas as suas consequências funestas, o desequilíbrio econômico municipal, quando atingir a indústria a condição de importadora de matérias primas das comunas vizinhas.

Mas se o quadro rural pode ser visto com temores pela constante atração que exerce a indústria centralizada na sede, sobre o homem que luta nos campos à mingua de apoio eficaz, o futuro de Passo Fundo terá condições de realmente ser a capital da vasta zona do Planalto, porque será efetivamente, quando da conclusão da ligação ferroviária ao vale das Antas, um entreposto de todo o norte do Estado, canalizador da vida econômica da região para a capital do Estado e para o norte do País, com o que se expandirá a cidade de Passo Fundo à categoria de grande centro industrial, pelas facilidades decorrentes, que estimularão a produção, o comércio e a indústria.

Necessário é, entretanto, que não seja per-

dida de vista a lei econômica que estabelece, para o crescimento intenso de população, uma necessidade de produção de alimentos equitativa, a fim de evitar-se a tendência lógica da espoliação e enfraquecimento do povo. Como outra consequência do crescimento industrial centralizado na sede, porque maiores e melhores recursos são oferecidos, virá, se medidas de proteção não forem tomadas para o campo a inevitável redução das populações rurais, levadas pelo êxodo, em busca de melhores salários e de maiores vantagens da vida urbana, o que conduzirá a cidade para o panorama do marginalismo social dos braços excedentes do trabalho,

que criam a inquietação e o desajuste na vida coletiva das urbes.

Para que tal seja evitado, convém ao município estimular por tôdas as formas, a economia distrital, facilitando a produção agrícola e pastoril, levando também o apoio à pequena indústria rural e as conquistas do progresso à vida humana, através de um plano de eletrificação, disseminando usinas geradoras da eletricidade, que é o elemento que «reage sobre a habitabilidade, o padrão de vida, sobre a fertilidade e, portanto, sobre o povoamento de um território».

Bibliografia

- 1 — Açorianos e alemães — Dante de Laytano
- 2 — A imigração alemã — Balduino Rambo
- 3 — A Geopolítica geral e do Brasil — Everardo Backheuser
- 4 — As Regiões Fisiográficas do RGS — Paulo de Castro Nogueira
- 5 — Apostillas geográficas — Francisco Antônio Xavier e Oliveira
- 6 — A margem de um problema ferroviário — Francisco A. Xavier e Oliveira
- 7 — Anais do município de Passo Fundo — Francisco A. Xavier e Oliveira
- 8 — A terra e o homem — Renato Barbosa
- 9 — Aspectos fisiográficos, demográficos e econômicos do Rio Grande do Sul — Amyr Borges Fortes
- 10 — Colonização do Rio Grande do Sul — Maria F. Souza Docca Pacheco
- 11 — Clima do Rio Grande do Sul — José Alberto Moreno
- 12 — Climatologia do Estado do R. G. S. — A. Hausman
- 13 — Da autonomia do município — Alvaro Barros Veloso
- 14 — Divisão Regional do R. G. S. — Maria F. Souza Docca Pacheco
- 15 — Divisão Territorial do R. G. S. — Equipe de geógrafos (Bol. G.)
- 16 — Fisionomia do Rio Grande do Sul — Balduino Rambo
- 17 — Fortalecimento do município e o problema do seu funcionamento — Brasília Machado Neto
- 18 — Geopolítica da fome — Josué de Castro
- 19 — Geografia do Brasil (Roteiro de uma viagem) — Antonio Teixeira Guerra e Eloisa de Carvalho
- 20 — História do Rio Grande do Sul — Souza Docca
- 21 — Imigração e colonização alemã — Ernesto Pellanda
- 22 — O trigo no Brasil — Eloisa de Carvalho
- 23 — Os grandes grupos de solos — Geraldo T. Dias da Costa
- 24 — Os ciclos econômicos do Brasil — Antônio José de Matos Musso
- 25 — O município de Passo Fundo — Fortunato Pimentel
- 26 — O município de Passo Fundo através do tempo — Francisco Antônio Xavier e Oliveira
- 27 — O elemento estrangeiro no povoamento de Passo Fundo — Francisco Antônio Xavier e Oliveira
- 28 — O município no Brasil — Brasília Machado Neto
- 29 — O desenvolvimento das cidades — Pimentel Gomes
- 30 — O estudo geográfico das cidades — Pierre Monbeig
- 31 — Princípios de colonização européia no Brasil — Leo Waibel
- 32 — População, Riqueza e Segurança — Castro Barreto
- 33 — Passo Fundo Físico — Francisco A. Xavier e Oliveira
- 34 — Passo Fundo na Viação Nacional — Francisco A. Xavier e Oliveira
- 35 — Passo Fundo econômico — Francisco A. Xavier e Oliveira
- 36 — Pequeno curso de pedologia — José Setzer
- 37 — Passo Fundo no Plano Diretor — Equipe de urbanistas
- 38 — Região missioneira na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul — Evaristo Affonso de Castro
- 39 — Rememorações do nosso passado — Francisco A. Xavier e Oliveira
- 40 — Relatório da propaganda agrícola — Francisco A. Xavier e Oliveira.

